



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

RELATÓRIO ANUAL

2013

The logo consists of a solid blue square. Inside the square, the text "PRAE" is written in a bold, white, sans-serif font. Below "PRAE", the text ".ufsc.br" is written in a smaller, white, sans-serif font.

PRAE
.ufsc.br

Fevereiro - 2014

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. ESTRUTURA DA PRAE.....	7
2.1 CONTEXTO E APRIMORAMENTO INSTITUCIONAL.....	7
2.2 COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DA PRAE	10
2.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	11
2.4 ATRIBUIÇÕES DOS SETORES DA PRAE	13
2.4.1 Departamento de Assuntos Estudantis - DeAE.....	13
2.4.2 Restaurante Universitário - RU	14
2.4.3 Coordenadoria de Assistência Estudantil - CoAEs	16
2.4.4 Coordenadoria de Gestão de Acompanhamento das Políticas Estudantis - CoAPE	17
2.4.5 Coordenadoria de Inclusão Digital - CoID.....	18
2.4.6 Coordenadoria Administrativa - CoAd	18
3. POLÍTICA NACIONAL DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL.....	20
3.1 A EXPANSÃO RECENTE DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E A POLÍTICA DE PERMANÊNCIA	20
3.2 DO PNA AO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES	21
3.3 EVOLUÇÃO FINANCEIRA DO PNAES NA UFSC.....	23
4. BENEFICIÁRIOS DAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NA UFSC.....	25
4.1 PROCEDIMENTOS ADOTADOS ATUALMENTE PELA PRAE	25
4.2 MUDANÇAS EM CURSO.....	27
5 PRINCIPAIS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA PRAE EM 2013.....	29
5.1 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO.....	29
5.2 PROGRAMA DE MORADIA ESTUDANTIL	38
5.2.1 Vagas e caracterização dos moradores	38
5.2.2 Outras ações realizadas na moradia estudantil durante o ano de 2013.....	43
5.3 PROGRAMAS DE AUXÍLIOS FINANCEIROS AOS ESTUDANTES.....	45
5.3.1 Programa Bolsa Permanência UFSC.....	45
5.3.2 Programa Bolsa Estudantil UFSC	48
5.3.3 Programa Bolsa Suplementar	51
5.3.4 Programa Bolsa Permanência MEC	52

5.3.5 Programa Complementar de Permanência	54
5.3.6 Programa Auxílio Moradia.....	55
5.3.7 Programa Auxílio Creche.....	57
5.3.8 Programa de Isenção do RU.....	59
5.3.9 Programa Isenção de Cursos de Línguas.....	60
5.3.10 Programa Auxílio Alimentação aos Estudantes de Medicina	61
5.4 PROGRAMA VIAGENS DE ESTUDOS	62
5.5 PROGRAMA AUXÍLIO A EVENTOS	65
5.5.1 Participação Coletiva em Eventos Acadêmicos	66
5.5.2 Participação Individual em Eventos Acadêmicos	68
5.5.3 Auxílio Financeiro para Apresentação de Trabalhos	70
5.6 PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL.....	71
5.7 PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE.....	72
5.8 PROGRAMA DE ESPORTE E LAZER	74
5.9 OUTRAS AÇÕES GERAIS DA PRAE DESENVOLVIDAS EM 2013	76
5.9.1 Apoio à realização de Semanas Acadêmicas	76
5.9.2 Apoio à realização de encontros regionais e/ou nacionais de estudantes.....	78
5.9.3 Homologação de representações estudantis	78
5.9.4 Participação em Comissões de Trabalho.....	79
5.9.5 Fonaprace Regional.....	80
5.9.6 Fonaprace Nacional.....	81
6. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O EXERCÍCIO DE 2013	82
7. PRINCIPAIS METAS PARA OS PRÓXIMOS PERÍODOS	89

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Fila de espera na Coordenadoria de Assistência Estudantil – 1º semestre	9
Figura 02 – Fila de espera na Coordenadoria de Assistência Estudantil – 2º semestre	9
Figura 03 - Organograma da PRAE	13
Gráfico 01 – Distribuição dos moradores da CEU por Unidades Acadêmicas.....	40
Gráfico 02 – Distribuição dos moradores da CEU por curso	41
Gráfico 03 – Distribuição dos moradores da CEU segundo os estados de origem	41
Gráfico 04 – Distribuição dos moradores da CEU por mesorregiões catarinenses.....	42
Gráfico 05 – Distribuição dos moradores da CEU por faixa etária	42
Gráfico 06 – Evolução mensal de custos da CEU	43
Tabela 01 - Recursos do PNAES destinados à UFSC	24
Tabela 02 - Média diárias de refeições em todos os campi no ano de 2013	30
Tabela 03 – Evolução do número de refeições do RU - Campus Trindade.....	31
Tabela 04 – Evolução do número de refeições servidas pelos restaurantes terceirizados	31
Tabela 05 - Evolução do número de alunos isentos no RU de 2008 a 2013 em todos os Campi	32
Tabela 06 - Número de estudantes com isenção do RU no ano de 2013 por campi	32
Tabela 07 - Arrecadação do Complexo Restaurante Universitário em todos os Campi	33
Tabela 08 – Despesas do complexo Restaurante Universitário em todos os Campi em 2013.....	34
Tabela 09 – Custo da refeição do Complexo Restaurante Universitário (todos os Campi).....	34
Tabela 10 – Quadro de pessoal dos serviços terceirizados no RU Trindade no ano de 2013.....	35
Tabela 11 – Distribuição de vagas nos módulos da CEU - Campus Trindade - Fpolis.....	39
Tabela 12– Distribuição das vagas por gênero nos módulos da CEU - Campus Trindade.....	39
Tabela 13 – Percentual de ocupação das vagas da CEU no mês de dezembro de 2013	40
Tabela 14 - Evolução Mensal do Programa Bolsa Permanência UFSC – jan/2013 a ago/2013.....	47
Tabela 15 – Bolsa Permanência: Número de estudantes atendidos durante o ano de 2013.....	48
Tabela 16 - Evolução mensal do Programa Bolsa Estudantil UFSC – set a dez/2013	50
Tabela 17 - Evolução mensal da Bolsa Suplementar UFSC – 2013.....	51
Tabela 18 - Estudantes da UFSC beneficiados com BP MEC por curso (2013)	53
Tabela 19 - Evolução mensal do Auxílio Complementar de Permanência - Out a Dez/2013	54
Tabela 20 - Evolução mensal do Auxílio Moradia - Março a Dezembro/2013	56
Tabela 21 - Evolução do número de estudantes beneficiados pelo Auxílio Moradia (2008-2013)	57
Tabela 22 - Evolução mensal do Programa Auxílio Creche – Mar a Dez/2013	58
Tabela 23 - Evolução mensal de estudantes isentos no RU em 2013	60
Tabela 24 - Solicitações e Isenção de taxa de matrículas entre 2009 e 2013	61
Tabela 25 – Viagens de estudos realizadas em 2013 e estudantes envolvidos	63
Tabela 26 – Distribuição das viagens e recursos por Campi	64
Tabela 27 – Distribuição das viagens e recursos por unidade acadêmica no Campus de Florianópolis.....	65
Tabela 28 – Participação coletiva: distribuição de viagens e recursos por Campus	67
Tabela 29 – Participação coletiva: distribuição de viagens e recursos por Centros – Campus Trindade	67
Tabela 30 – Participação individual: distribuição por modalidade.....	68
Tabela 31 – Participação individual: evolução do número de estudantes atendidos – 2008 a 2013.....	69
Tabela 32 - Número de estudantes atendidos com auxílio financeiro em 2013.....	70
Tabela 33 - Atendimentos de atenção à saúde realizados no ano de 2013	73
Tabela 34 - Eventos e valores gastos no exercício de 2013.....	75
Tabela 35 - Apoio a Semanas Acadêmicas no exercício de 2013	77
Tabela 36 - Gastos financeiros com eventos estudantis realizadas na UFSC.....	78
Tabela 37 - Representações discentes homologadas em 2013.....	79

1. APRESENTAÇÃO

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) desenvolve ações institucionais, acadêmicas e assistenciais voltadas à melhoria das condições de permanência de todos os alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais de graduação, sempre em sintonia com as demais estruturas institucionais, especialmente com a Pró-Reitoria de Graduação.

Essa estratégia está em consonância com a Política Nacional de Permanência, que se assenta em um conjunto de ações voltadas à inclusão e à assistência estudantil, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pela lei que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e pelo Decreto que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O PNAES é hoje o principal instrumento orientador e disciplinador da política de permanência e de assistência estudantil em todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), tendo como finalidade garantir as condições de permanência e, ao mesmo tempo, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior.

Neste sentido, estruturamos o relatório anual de gestão tomando por base as principais ações relacionadas a este programa. Visando dar uma dimensão geral do trabalho e das ações da PRAE, apresentam-se as principais atividades realizadas ao longo do ano de 2013, período marcado pela continuidade das alterações na própria estrutura administrativa da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e pela regulamentação de programas e procedimentos institucionais. De fato, pode-se dizer, sem dúvidas, que o ano de 2013 foi fortemente marcado por novas regulamentações e normatizações institucionais da PRAE.

Para tanto, o relatório anual de gestão 2013 está organizado em mais quatro seções, além desta seção inicial. A segunda seção apresenta a estrutura organizacional existente na PRAE no ano de 2013, bem como as funções e competências específicas de cada departamento, coordenadorias e setores, os quais são responsáveis pela implementação geral da política de assistência estudantil na UFSC.

Neste caso, destacamos dois aspectos fundamentais. O primeiro relativo ao processo de mudança nos procedimentos internos da Pró-Reitoria, quando uma série de alterações em práticas vinham sendo desenvolvidas de forma questionável. O segundo aspecto guarda relação direta com a nova concepção organizacional da PRAE para atender as demandas dos novos tempos do ensino superior. Com isso, entendemos que se consolidam, com esse dois

pontos centrais, possibilidades concretas para se desenvolver um trabalho institucional de melhor qualidade, particularmente nos programas específicos da assistência estudantil.

A terceira seção faz uma breve exposição da construção histórica recente da política nacional de permanência e assistência estudantil, recuperando seus principais aspectos até a oficialização da mesma como uma política de Estado no ano de 2010, através da promulgação do Decreto 7.234, que instituiu o PNAES. Além disso, apresenta os dados da trajetória recente desse programa na UFSC.

Ao se recuperar a trajetória histórica dessas políticas é importante destacar o protagonismo exercido pelo FONAPRACE ao longo dos últimos anos no sentido de colocar na agenda pública e, especialmente do MEC, a necessidade objetiva de uma atenção especial por parte do estado brasileiro aos setores mais vulneráveis que também passaram a ascender ao ensino superior e, com isso, se alteraram parâmetros historicamente definidos neste setor.

A quarta seção apresenta, de forma bem sucinta, os procedimentos adotados até então pela UFSC para selecionar o público alvo dos programas de permanência e assistência estudantil, à luz do que está definido no decreto do PNAES, ou seja, que cada IFES deve definir os critérios e métodos de seleção dos estudantes beneficiados pelas políticas integrantes do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Destacam-se nesta seção os principais problemas detectados com os procedimentos adotados pela UFSC até então para fazer a seleção dos beneficiários, bem como as providências adotadas visando alterar a lógica que prevalecia nos trabalhos técnicos, especialmente na área específica da assistência estudantil.

A quinta seção apresenta, de forma detalhada, todas as atividades e ações desenvolvidas pela PRAE ao longo do exercício de 2013, com ênfase na dimensão e expansão do trabalho realizado, sobretudo nos campos que tradicionalmente a universidade já possui um histórico de trabalho consolidado, como são os casos nas áreas da alimentação, moradia e pagamentos de auxílios financeiros aos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Neste caso, destacamos a grande mudança realizada no período compreendido por este relatório nos pagamentos de auxílios financeiros, especialmente no programa Bolsa Permanência e no programa Auxílio Moradia. Sem dúvida alguma, este processo coloca a política de permanência da UFSC em outro patamar e em consonância com diretrizes objetivas de políticas públicas destinadas a segmentos específicos da sociedade.

A sexta seção apresenta as considerações gerais sobre o conjunto das ações realizadas pela PRAE no exercício de 2013, procurando destacar os principais avanços observados, bem como as lacunas ainda existentes.

Finalmente, a sétima seção apresenta alguns desafios a serem enfrentados nos próximos períodos pelos principais setores abrangidos pela estrutura administrativa da Pró-Reitoria. Neste caso, optamos por destacar as principais metas que deveriam compor o planejamento para os próximos anos, especialmente a dotação de uma infraestrutura física e de pessoal adequadas em todos os campi.

De maneira geral, podemos afirmar que durante o ano de 2013 foi realizada uma mobilização de toda a equipe para ampliar o processo de consolidação institucional da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) de acordo com os princípios fundamentais da administração pública, merecendo destaque a transparência, a impessoalidade do atendimento e a retidão no uso dos recursos públicos. Tais princípios, que fazem parte de um processo maior, devem sempre estar presentes na agenda de qualquer gestor público. Alicerçada neles, temos a certeza de que a PRAE estará atendendo cada vez melhor a comunidade acadêmica da Universidade Federal de Santa Catarina.

Neste sentido, como Pró-Reitor responsável pela elaboração e redação deste relatório anual de gestão, gostaria de agradecer a todas as equipes técnicas e gestores da PRAE que não mediram esforços para sistematizar e organizar todas as informações presentes neste documento.

2. ESTRUTURA DA PRAE

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) é um órgão executivo da administração central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criada com o objetivo de auxiliar o Reitor em suas tarefas administrativas, especialmente em relação aos programas e ações voltados às políticas de **permanência estudantil**.

Nesta seção, são apresentadas brevemente as principais mudanças institucionais realizadas durante o exercício de 2013; as competências e atribuições da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantil; sua estrutura organizacional e as principais atribuições de cada um dos setores a ela vinculados.

2.1 CONTEXTO E APRIMORAMENTO INSTITUCIONAL

Durante o exercício de 2013 focamos nossa atenção no dimensionamento institucional da PRAE para dotá-la de uma estrutura administrativa adequada visando executar de forma ágil e responsável todos os programas vinculados às políticas de permanência e assistência estudantil da UFSC.

Para tanto, iniciamos um processo que vai muito além de uma simples alteração da estrutura administrativa, conforme poderá ser verificado em um dos itens desta seção. Em grande medida, este processo diz respeito aos procedimentos administrativos e técnicos visando adequar as ações desenvolvidas aos novos tempos da política nacional, que está em constante alteração.

A seguir detalhamos alguns aspectos do processo em curso, à luz dos setores mais sensíveis a este movimento. Na política de moradia estudantil, além das ações cotidianas que são tradicionalmente desenvolvidas, alteramos os procedimentos em relação ao processo seletivo dos estudantes demandantes de vagas na moradia ou auxílio financeiro. Com isso, desvendaram-se alguns aspectos-chave deste setor. O mais importante de todos foi termos conseguido ter maior clareza sobre qual é precisamente o tipo e o horizonte da demanda dos estudantes.

Ao separar os editais entre os estudantes interessados nas vagas para moradia e aqueles interessados no programa auxílio moradia, observamos que a demanda para o primeiro foi extremamente inferior, comparativamente ao segundo. Além disso, quando os

estudantes foram chamados, durante o processo seletivo, a se manifestar sobre seus interesses, a maioria absoluta declarou preferir auxílio moradia, sendo que menos de 20 deles, dentre os 1.600 inscritos, declararam preferir apenas uma vaga na moradia estudantil.

Esta informação é relevante e recoloca o debate sobre a moradia estudantil em outro patamar, fato que deverá ser considerado pelos gestores da universidade nos próximos períodos.

Na área do atendimento estudantil especificamente, fizemos algumas mudanças na Coordenadoria de Assistência Estudantil. Esse não foi um processo apenas de troca de nome, conforme poderá ser observado no item seguinte. Fundamentalmente, demos início a um processo de alteração de procedimentos técnicos e profissionais que historicamente vinham sendo seguidos. Registre-se que este movimento foi bastante desgastante devido ao corporativismo de alguns setores, o que exigiu a participação, mediação e intervenção das próprias reitoras.

Uma das principais reclamações da comunidade estudantil dizia respeito aos horários de atendimento da referida coordenadoria, os quais eram extremamente limitados apesar de existir uma equipe técnica composta por sete assistentes sociais e duas psicólogas. Registre-se que apenas essas duas últimas profissionais mantinham dois turnos diários de atendimento aos estudantes.

Desde o final de 2012, o Pró-Reitor vinha solicitando alteração do atendimento naquele setor. Ficou estipulado junto à coordenação que a partir do primeiro semestre de 2013 os horários seriam alterados. Pois bem, o primeiro semestre começou com os mesmos procedimentos anteriores, sob a justificativa de que “não havia demanda” para atendimentos diários integrais. Todavia, as filas continuavam enormes, o atendimento lento e as reclamações aumentando, o que exigiu uma atuação mais firme por parte do Pró-Reitor.

A Figura 01 mostra a situação nos primeiros dias de aulas no início do primeiro semestre de 2013.

Assim, durante o primeiro semestre de 2013 ocorreram grandes discussões com as equipes técnicas, especialmente com as assistentes sociais. Depois de muitos diálogos, e mesmo com algumas resistências, foram introduzidas duas mudanças cruciais naquele setor.

Por um lado, a equipe técnica foi dividida em dois grupos distintos para trabalhar em dois turnos separadamente. Com isso, foi possível estabelecer uma jornada diária de atendimento aos estudantes de 10 horas, sendo 5 horas ininterruptas entre as 08:00 e 13:00 horas e outra jornada de 5 horas entre as 14:00 e 19:00 horas, o que certamente deve ter beneficiado os estudantes que trabalham e estudam à noite.

Figura 01 – Fila de espera na Coordenadoria de Assistência Estudantil – 1º semestre



Foto: Lauro Mattei

Além disso, foi introduzido o agendamento diário dos atendimentos. No primeiro momento, devido aos problemas estruturais de suporte eletrônico, estes agendamentos estão sendo feitos diretamente na própria coordenadoria. Mas em breve a SETIC estará desenvolvendo um sistema eletrônico, o que facilitará a vida dos estudantes que não mais precisarão se deslocar até a coordenadoria para agendar seus atendimentos.

O resultado desta simples mudança pode ser visto na Figura 02, relativa às semanas iniciais das aulas do segundo semestre de 2013.

Figura 02 – Fila de espera na Coordenadoria de Assistência Estudantil – 2º semestre



Foto: Lauro Mattei

Para dar suporte a esse processo de mudanças, houve uma alteração significativa da equipe de assistentes sociais. Por um lado, duas delas, a pedido, saíram do setor e, por outro, novas profissionais concursadas assumiram suas funções. Com isso, o setor acabou o ano de 2013 contando com 9 profissionais, o que, em nossa avaliação, é suficiente para se realizar um trabalho responsável e de boa qualidade. Basta apenas uma adequação aos novos tempos, tanto da administração da UFSC como da própria política de permanência e assistência estudantil.

Outro aspecto relevante de mudanças institucionais e de procedimentos foi a aceleração da implantação eletrônica de vários procedimentos administrativos. Com isso, o atendimento passou a ser menos burocratizado, mais ágil e a própria PRAE deixou de ser uma Pró-Reitoria de “balcão”. Mas este movimento precisa ter continuidade nos próximos períodos porque ainda há muito por fazer.

Finalmente, no âmbito administrativo interno da PRAE também ocorreram algumas mudanças, sendo que a principal delas foi o reordenamento da equipe. Por um lado, alguns membros deixaram a Pró-Reitoria por motivos de aposentadoria e, por outro, novos servidores ingressaram nos setores. Apesar de se manter um gabinete com uma equipe enxuta e bastante jovem, foi possível desenvolver muitas tarefas ao longo do exercício, conforme poderá ser observado nas seções seguintes deste relatório.

2.2 COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DA PRAE

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis tem por objetivo o desenvolvimento de ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas direcionadas ao acesso, à permanência e à conclusão por parte dos discentes matriculados nos cursos presenciais de graduação da UFSC, em articulação com as demais estruturas universitárias. Sob este prisma, e de acordo com seu Regimento Interno, a PRAE tem como competências:

- Coordenar a execução das ações inerentes à política de assuntos estudantis, definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;
- Propor e acompanhar a execução de ações da política de assuntos estudantis da universidade, principalmente no que se refere ao acesso, à permanência e a conclusão do curso de graduação presencial, nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura, esporte e lazer; apoio pedagógico; movimentos estudantis; e políticas sociais;

- Desenvolver estudos e projetos visando à melhoria administrativa, o desenvolvimento organizacional e o aprimoramento da gestão relacionada à política de assuntos estudantis;
- Planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades inerentes aos planos, programas e projetos vinculados à política de assuntos estudantis;
- Estimular a implementação de planos, programas e projetos junto à comunidade estudantil;
- Manter intercâmbio com outras entidades visando o desenvolvimento de atividades e serviços de interesse da comunidade estudantil;
- Propor e desenvolver políticas de benefícios da universidade dirigidas à comunidade estudantil;
- Propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros organismos, quando relacionados à sua área de atuação;
- Apoiar e divulgar a realização de eventos de interesse da comunidade estudantil;
- Emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;
- Analisar as demais demandas da assistência que não se enquadrarem nos distintos programas da PRAE;
- Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo Reitor;
- Analisar solicitações diversas encaminhadas por estudantes ou por órgãos de representação estudantil da UFSC;
- Acompanhar e analisar a política de festas adotada pela universidade, garantindo o cumprimento das normas vigentes;
- Estabelecer um processo de trabalho relativo aos assuntos estudantis juntamente com diretores de unidades e direções dos Campi;
- Manter um diálogo constante com as representações estudantis sobre todos os assuntos pertinentes à política de permanência e de assistência estudantil.

2.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Em se tratando de sua estrutura organizacional, houve, ao longo de 2012 e 2013, algumas alterações com o intuito de dar maior coesão à equipe no que tange ao desempenho de funções e atividades semelhantes e também com o propósito de otimizar o processo de

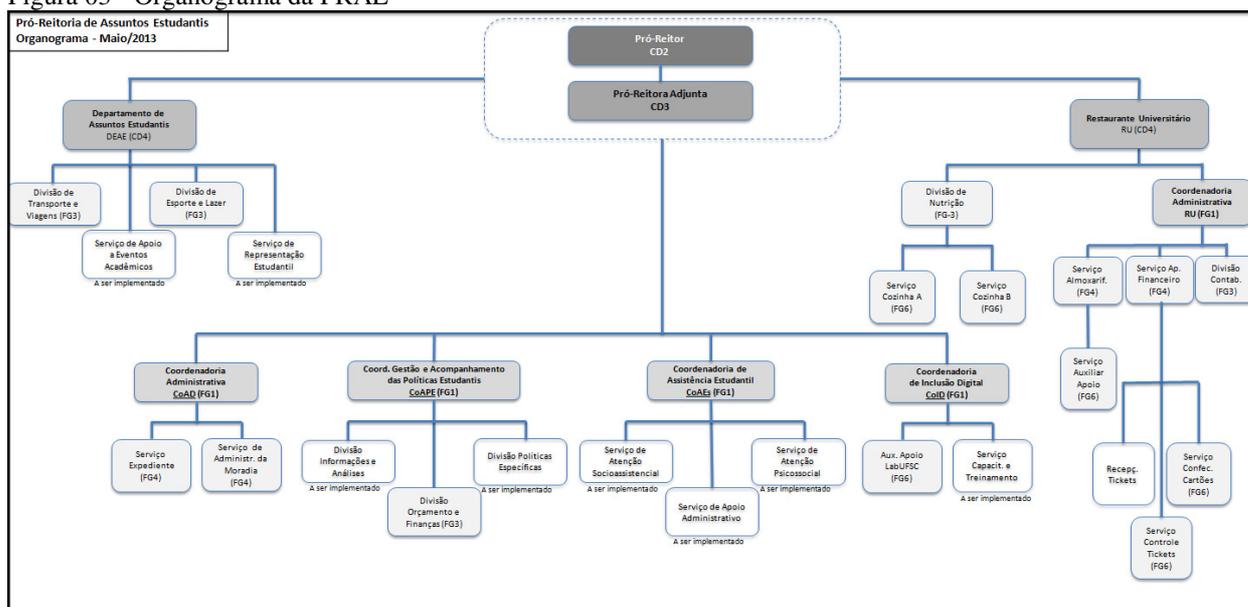
atendimento aos estudantes, facilitando o acesso aos programas e demais atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria.

As principais alterações organizacionais que aconteceram em 2013, em relação ao ano de 2012, se referem aos seguintes pontos:

- Reestruturação de todos os setores vinculados ao Restaurante Universitário, conforme novo organograma daquele departamento;
- Criação da Coordenadoria de Assistência Estudantil, em substituição à Coordenadoria de Serviço Social;
- Criação da Coordenadoria de Gestão e Acompanhamento de Políticas Estudantis vinculada ao Gabinete do Pró-Reitor, em substituição à Coordenadoria de Gestão de Política de Assistência Estudantil vinculada ao DeAE;
- Criação da Divisão de Transportes e Viagens do DeAE, em substituição à Divisão de Apoio às Atividades Estudantis;
- Criação da Divisão de Esporte e Lazer do DeAE, em substituição à Divisão de Apoio ao Esporte Universitário;
- Criação do Serviço de Administração da Moradia Estudantil, em substituição à Gestão Administrativa da Moradia Estudantil;
- Criação da Coordenadoria de Inclusão Digital, em substituição à Coordenadoria de Apoio à Integração Estudantil;
- Criação da Seção de Apoio da Coordenadoria de Inclusão Digital e extinção da Seção de Apoio à Moradia Estudantil.

Dessa forma, segue na sequência o organograma atualizado da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis:

Figura 03 - Organograma da PRAE



Fonte: PRAE (2013).

Registre-se que no organograma atualizado da PRAE alguns setores ainda estão com a legenda “a ser implementado”. Isto porque entendemos que os mesmos são fundamentais para os propósitos atuais da PRAE, mas que até o presente momento tais funções gratificadas não foram preenchidas por falta alocação de servidores suficientes e qualificados na referida Pró-Reitoria.

2.4 ATRIBUIÇÕES DOS SETORES DA PRAE

Na sequência, são apresentados os setores da estrutura atual da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e suas atribuições.

2.4.1 Departamento de Assuntos Estudantis - DeAE

São atribuições do Departamento de Assuntos Estudantis:

- Gerenciar a estrutura administrativa do respectivo departamento necessária ao desempenho de suas atividades;
- Coordenar o Programa de Auxílio a Eventos, analisando as demandas e acompanhando a execução das distintas modalidades de ação do referido programa;

- Coordenar a implementação do Programa de Viagens de Estudo, por meio da Divisão de Transportes e Viagens, executando as contratações de veículos e controlando a atividade, principalmente em relação à fiscalização, prestação de contas e qualidade dos serviços prestados;
- Coordenar as políticas de esporte e lazer, por meio da Divisão de Esporte e Lazer, promovendo a integração interna dos estudantes da UFSC e a participação das delegações da UFSC em competições regionais e nacionais;
- Coordenar comissões cujos assuntos sejam relacionados às atribuições do departamento, as quais venham a ser delegadas pelo Pró-Reitor;
- Analisar e emitir parecer quanto à realização de eventos diversos, quando solicitado pelo Pró-Reitor;
- Analisar e emitir parecer sobre solicitações de material gráfico e sonorização, realizando empenhos e executando o controle dos recursos financeiros destinados a estas atividades;
- Realizar o registro das representações discentes eleitas pelos estudantes dos cursos de graduação presencial junto aos órgãos deliberativos da UFSC;
- Realizar o cadastro de processos disciplinares de estudantes de graduação no CAGR, mediante requerimento dos respectivos Colegiados de Curso;
- Realizar o acompanhamento, controle e execução de solicitações de apoio as Semanas Acadêmicas, atendendo-as dentro dos limites orçamentários da Pró-Reitoria;
- Executar, por meio da Divisão de Transportes e Viagens, contratações de veículos solicitadas por outros setores da UFSC, mediante repasse de recursos à PRAE;
- Atender ao público em geral, esclarecendo procedimentos institucionais sobre programas da PRAE vinculados ao Departamento de Assuntos Estudantis;
- Executar demais atividades da PRAE que sejam delegadas pelo Pró-Reitor e pelo Pró-Reitor Adjunto.

2.4.2 Restaurante Universitário - RU

O Restaurante Universitário tem como missão promover o fornecimento de refeições saudias e diversificadas, produzidas sob um rigoroso padrão de qualidade, ao corpo discente e aos visitantes da UFSC. São atribuições da **Direção do Restaurante Universitário**:

- Administrar o fornecimento de alimentação à comunidade universitária, de acordo com os padrões técnicos e de qualidade;

- Participar da elaboração de editais específicos a sua área de atuação, visando à aquisição e fornecimento de alimentos de qualidade;
- Manter o serviço de atendimento aos usuários;
- Manter o intercâmbio com outras entidades congêneres visando o aperfeiçoamento dos serviços prestados;
- Acompanhar a elaboração dos cardápios visando manter o valor nutritivo das refeições, observados os padrões técnicos exigidos;
- Contribuir na promoção da qualidade do ensino, pesquisa e extensão, mediante a oferta de campo de estágio para as áreas técnicas afins;
- Colaborar na formação e aperfeiçoamento de profissionais na área de sua competência;
- Realizar a confecção de cartão de identificação da comunidade universitária, bem como a venda de passes para o RU;
- Acompanhar o sistema de controle financeiro e técnico do Restaurante Universitário;
- Executar outras atividades inerentes à área de atuação, ou que venham a ser delegadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Vinculada à Direção do RU, a **Coordenadoria Administrativa do RU** tem como atribuições:

- Colaborar com a Direção na execução dos planos e metas do restaurante universitário;
- Coordenar os trabalhos da **Divisão de Contabilidade** relativos à contabilização de receitas e despesas do órgão, elaborando relatórios e apresentando balancetes e demonstrativos mensais das respectivas contas;
- Coordenar os trabalhos do **Serviço de Almoxarifado** relativos ao movimento físico dos estoques dos materiais existentes, fazendo os controles e conferências das entradas e saídas de todos os produtos utilizados pelo restaurante universitário;
- Coordenar o **Serviço de Apoio Financeiro** em suas atividades de apoio na elaboração dos balancetes e relatórios estatísticos vinculados ao Restaurante Universitário;
- Manter arquivos e documentos das operações contabilizadas;
- Auxiliar na elaboração dos custos de produção das refeições;
- Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela Direção do Restaurante ou pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Pertencente à Direção do RU, a **Divisão de Nutrição** tem as seguintes atribuições:

- Planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar as atividades de nutrição do setor;
- Compor e planejar o cardápio do Restaurante Universitário;
- Orientar e supervisionar o preparo e acondicionamento das refeições;

- Emitir solicitações de provisão de estoques de alimentos;
- Opinar na aquisição de mercadorias;
- Elaborar quadro de previsão diária do número de refeições e apurar movimento realizado;
- Propor normas de higienização geral, fiscalizando a execução;
- Acompanhar o processo de produção de alimentos de forma a garantir a qualidade e as condições de consumo;
- Elaborar a escala de serviços periódica;
- Vistoriar as mercadorias em estoque, atestando as condições de utilização das mesmas;
- Supervisionar as atividades dos **Serviços de Cozinha A e B** relativas ao processo de preparo da alimentação; provisionamento das áreas de distribuição da alimentação; cumprimento da escala de serviço; higiene das áreas físicas, máquinas, equipamentos e utensílios;
- Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

2.4.3 Coordenadoria de Assistência Estudantil - CoAEs

A Coordenadoria de Assistência Estudantil tem como função a coordenação e execução dos programas voltados ao atendimento das demandas sociais dos estudantes, com o objetivo de contribuir para a sua permanência e desempenho acadêmico na Universidade. As atribuições da **Coordenadoria de Assistência Estudantil** são:

- Coordenar, executar e analisar os programas de assistência estudantil no âmbito da PRAE;
- Coordenar o atendimento das solicitações de recursos, empenhos e pagamentos decorrentes do desenvolvimento dos programas de assistência estudantil;
- Executar os Programas de Auxílio Moradia, Bolsa Estudantil UFSC, Moradia Estudantil e Auxílio Creche;
- Conceder, mediante análise de situação socioeconômica, isenção de alimentação no Restaurante Universitário;
- Realizar avaliação de Cadastros Socioeconômicos com objetivo de obtenção do Índice Socioeconômico dos estudantes de graduação da UFSC;
- Gerenciar o acolhimento ao estudante e socialização de informações necessárias para sua permanência na UFSC;

- Desenvolver análises e estudos que auxiliem na definição do perfil socioeconômico dos estudantes com objetivo de subsidiar e qualificar as ações da referida coordenadoria;
- Desenvolver ações de acolhimento de demandas psicossociais e de promoção de saúde;
- Desenvolver psicoterapias breves para assuntos relacionados à permanência estudantil;
- Coordenar o desenvolvimento de orientações nas questões de saúde mental;
- Realizar acompanhamento de situações de alto risco psicossocial, estabelecendo redes de atendimento junto ao Sistema Único de Saúde;
- Assessorar a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis em assuntos inerentes à área da assistência estudantil;
- Por meio do **Serviço de Apoio Administrativo**, receber e encaminhar correspondências diversas; realizar o atendimento inicial da comunidade universitária; responder dúvidas e demais questionamentos realizados na recepção da Coordenadoria; elaborar a folha de pagamentos dos benefícios; e auxiliar no arquivamento e controle das correspondências e documentos internos e externos;
- Executar outras atividades inerentes à área ou delegadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis;
- Coordenar os recursos materiais e patrimoniais inerentes a sua área de atuação.

2.4.4 Coordenadoria de Gestão de Acompanhamento das Políticas Estudantis - CoAPE

A Coordenadoria de Gestão e Acompanhamento das Políticas Estudantis tem como atribuições:

- Coordenar o processo de planejamento da Pró-Reitoria, auxiliando os Pró-Reitores em todo o seu desenvolvimento;
- Realizar o mapeamento e a padronização dos processos e programas existentes na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis;
- Articular com setores específicos da UFSC a melhoria e informatização dos processos e programas;
- Monitorar e avaliar o Planejamento Estratégico da PRAE, seus objetivos, metas e prazos;
- Monitorar e avaliar a execução orçamentária da PRAE;
- Elaborar relatórios de gestão e outros documentos institucionais que venham a ser solicitados;
- Coordenar a elaboração e execução de novos programas e políticas;

- Executar outras atividades inerentes ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

2.4.5 Coordenadoria de Inclusão Digital - CoID

A Coordenadoria de Inclusão Digital tem como atividades:

- Definir a política de utilização dos softwares no LabUFSC;
- Determinar as regras de utilização do LabUFSC.
- Controlar o acesso dos usuários ao LabUFSC;
- Definir a política interna de manutenção dos equipamentos do LabUFSC;
- Acompanhar as atividades dos monitores vinculados ao LabUFSC;
- Definir as atividades que não podem ser desenvolvidas no laboratório;
- Solucionar problemas dos equipamentos quando estes não estiverem funcionando corretamente;
- Por meio de seu **Serviço de Apoio**, receber e encaminhar correspondências diversas da Coordenadoria; realizar o atendimento da comunidade universitária; auxiliar no arquivamento e controle das correspondências e equipamentos do LabUFSC;
- Executar outras atividades inerentes à área ou delegadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

2.4.6 Coordenadoria Administrativa - CoAd

São atribuições da **Coordenadoria Administrativa** da Pró-Reitoria:

- Coordenar os encaminhamentos administrativos no âmbito da Pró-Reitoria;
- Protocolar e encaminhar solicitações recebidas pela recepção e realizar controle do fluxo interno, desde seu despacho e atendimento até o arquivamento;
- Instruir os processos submetidos à consideração do Pró-Reitor;
- Elaborar e fazer o controle de memorandos, ofícios, portarias, editais e demais documentos formais relacionados à PRAE;
- Executar os serviços complementares de gestão de pessoas, material e almoxarifado da Pró-Reitoria;
- Realizar procedimentos de empenho, dispensa de licitação e afins, quando necessário e expressamente autorizado pelo Pró-Reitor, para serviços relacionados à Pró-Reitoria e seus setores;

- Realizar, mediante autorização do Pró-Reitor, solicitações de recurso financeiro e complementações orçamentárias ao setor competente;
- Acompanhar e encaminhar as correspondências recebidas digitalmente e fisicamente pela Pró-Reitoria;
- Atualizar o site da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis;
- Coordenar o **Serviço de Expediente**, acompanhando suas atividades no que tange a: recepção e atendimento de pessoas; protocolo de correspondências; atendimento de dúvidas e informações;
- Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Vinculado à Coordenadoria Administrativa, o **Serviço de Administração da Moradia** tem as seguintes atribuições:

- Gerir a Moradia Estudantil, controlando o acesso dos estudantes, a ocupação e o saldo de vagas;
- Encaminhar pedidos de projeto de engenharia visando à expansão dos números de vagas;
- Propor, implementar e avaliar projetos e serviços para os estudantes, desenvolvidas em conjunto aos demais departamentos tendo em vista à promoção da saúde e prevenção de riscos;
- Executar e acompanhar tarefas relacionadas à manutenção e conservação dos prédios;
- Fazer cumprir as normas e procedimentos constantes no Regimento Interno da Moradia Estudantil;
- Realizar o controle patrimonial dos móveis e equipamentos da Moradia Estudantil;
- Informar toda e qualquer irregularidade e dano causados ao patrimônio do prédio;
- Exercer demais atividades inerentes ou delegadas pela Coordenadoria Administrativa ou pelo Pró-Reitor.

3. POLÍTICA NACIONAL DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

3.1 A EXPANSÃO RECENTE DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E A POLÍTICA DE PERMANÊNCIA

Numa sociedade extremamente desigual, como é o caso da sociedade brasileira, a educação exerce um papel crucial para promover mecanismos e políticas que caminhem no sentido de reduzir essas desigualdades. Neste caso, a universidade tem um papel essencial a cumprir, tanto auxiliando na promoção da democratização da sociedade como ofertando igualdade de oportunidades a todos os cidadãos. Todavia, sabemos hoje que apenas o acesso ao ensino superior público não é condição suficiente para a promoção desta maior igualdade entre as pessoas. Torna-se necessária, também, a adoção de políticas que viabilizem a permanência dos estudantes nas universidades, para que eles consigam desenvolver suas atividades de forma adequada e concluir seus cursos de acordo com as regras acadêmicas vigentes.

Desta forma, fica evidente a necessidade de se associar ao tema da qualidade do ensino a importância da adoção de políticas de permanência e assistência estudantil com o objetivo de estimular o desenvolvimento pleno das potencialidades acadêmicas de todos os estudantes presentes no ensino superior público.

Tal ensino tem passado recentemente por um importante processo de mudanças. Com isso, modificam-se práticas tradicionais e a própria estrutura das instituições, a partir da ampliação de vagas e da emergência de novas demandas até então ausentes do cotidiano das universidades públicas brasileiras.

Neste contexto, fica evidente que o binômio acesso-permanência está cada vez mais presente no cotidiano das IFES, estabelecendo-se novos desafios, não somente às instituições, mas fundamentalmente ao seu corpo técnico e administrativo. Todavia, este processo, para se tornar eficaz, necessita de suportes técnicos e financeiros cada vez mais ágeis e qualificados.

Paralelamente à expansão do número de vagas, o processo multi campi também coloca novos desafios para os gestores universitários, uma vez que tanto as universidades novas como as mais antigas precisam dotar seus campi de uma infraestrutura física adequada que seja capaz de garantir a qualidade do ensino público para todos.

O processo de interiorização do ensino superior público foi fortemente ampliado durante a primeira década do século XXI, sendo que mais de 120 campi foram criados neste período. Isto fez com que o sistema federal de ensino superior chegasse a praticamente todas as microrregiões do país, traduzindo-se em oportunidades concretas para pessoas e regiões antes não contempladas e historicamente mantidas à margem do desenvolvimento nacional.

Essas premissas encontram guarida no arcabouço legal que foi sendo desenhado nas duas últimas décadas, merecendo destaque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, e a Lei 10.861, de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Em ambos os casos, acesso e permanência são tratados de forma idêntica visando garantir uma formação de boa qualidade para todos.

Esse movimento foi coroado no ano de 2007, quando o Governo Federal iniciou o processo de reestruturação do ensino público federal superior por meio do REUNI. Os artigos iniciais do REUNI definem que seu objetivo central, além de ampliar o acesso ao ensino superior, era ampliar as políticas de assistência e de permanência nas universidades públicas federais.

É inegável que as políticas de acesso obtiveram um grande êxito quantitativo. Já o mesmo não pode ser afirmado em relação às políticas de permanência, uma vez que a segunda perna do binômio antes referido está em descompasso com a primeira. Em outros termos, as políticas de permanência não estão sendo capazes de atender adequadamente as demandas e os desafios dos tempos presentes.

Num país continental como o Brasil e com tantas disparidades regionais, nota-se que o descompasso entre acesso e permanência poderá atuar no sentido de reproduzir as desigualdades. Este fato obriga as instituições federais de ensino superior a buscar constantemente o aprimoramento de suas ações, além de implementar políticas de permanência que sejam capazes de garantir a todos os estudantes uma formação adequada e de qualidade.

3.2 DO PNA AO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES

Desde meados da década de 1990, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), vem elaborando

documentos e proposições destinados ao aprimoramento das ações no campo da assistência estudantil nas universidades brasileiras.

Entre os anos de 1996 e 1997, o FONAPRACE realizou uma pesquisa nacional sobre o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras. Tal pesquisa foi repetida nos anos de 2003 e 2004. A partir desses dois estudos e dos diversos debates ocorridos no âmbito do Fórum, elaborou-se o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNA), que foi aprovado pelo FONAPRACE no mês de Julho de 2007 e lançado oficialmente pela ANDIFES no mês de agosto do mesmo ano.

Na essência, o PNA procurava apresentar soluções para os problemas relativos à permanência e conclusão dos cursos de graduação, especialmente por parte dos estudantes classificados como em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para tanto, foi proposta uma articulação das ações assistenciais visando combinar, ao mesmo tempo, ações de inclusão social com melhorias do desempenho acadêmico e da formação dos estudantes.

Na perspectiva da inclusão social, a política deveria também possibilitar aos estudantes em condições socioeconômicas desfavoráveis igualdade de condições para participarem de atividades acadêmicas visando uma formação ampliada no contexto da indissociabilidade do ensino, pesquisa e formação geral.

Para tanto, além do atendimento das necessidades básicas de alimentação, moradia e transportes, deveriam ser desenvolvidas ações de caráter universal por meio de programas em diversas áreas correlatas à assistência estudantil, destacando-se as atividades de cultura, lazer, esportes e saúde.

Essas proposições do FONAPRACE e da ANDIFES ganharam eco no Governo Federal, sendo que em setembro de 2007 a Secretaria de Ensino Superior (SESU/MEC) instituiu, através da Portaria Normativa número 39, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Tal programa já ganhou consistência prática a partir de janeiro de 2008, quando o Governo Federal descentralizou para as IFES naquele exercício recursos da ordem de R\$ 125.000.000,00. De alguma forma, esta ação da SESU/MEC acabou tendo um papel central na ampliação da assistência estudantil em todas as IFES.

Registre-se que o PNAES, criado pelo Ministério da Educação no ano de 2007, se tornou uma política efetiva de Estado no ano de 2010, quando foi publicado o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010.

De acordo com esse Decreto, o PNAES deve ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes

regularmente matriculados em curso de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

Esse Programa tem por objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes matriculados em curso de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (IFES). Fomentando essa igualdade, entende-se ser possível melhorar o desempenho acadêmico do conjunto dos estudantes, fato que exerceria influências positivas sobre os indicadores de evasão e de retenção nas IFES.

Partindo da premissa de que a Política Nacional de Assistência Estudantil não pode ficar restrita apenas a algumas áreas, definiu-se que as ações deste programa devem ser desenvolvidas numa perspectiva de formação ampliada dos estudantes. Para tanto, além do atendimento das necessidades básicas de alimentação e moradia, recomendam-se ações nas áreas de saúde física e mental; inclusão digital; cultura, esporte e lazer; apoio pedagógico; atenção aos estudantes portadores de necessidades especiais; Incentivo à formação cidadã; e promoção da igualdade de gênero e étnico-racial.

As ações devem ser executadas pelas próprias instituições de ensino superior, as quais devem definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados pelo programa, bem como acompanhar e avaliar o desenvolvimento do mesmo.

3.3 EVOLUÇÃO FINANCEIRA DO PNAES NA UFSC

Considerando os objetivos da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), especialmente no suporte à permanência e à conclusão dos estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais de graduação da UFSC, entende-se que os recursos alocados pelo PNAES têm sido de fundamental importância para a implementação dos programas de assistência estudantil no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina.

A tabela 01 apresenta a distribuição dos recursos do PNAES para a Universidade Federal de Santa Catarina desde o início do programa, no ano de 2008. De um modo geral, observa-se uma forte expansão do volume de recursos até os três primeiros anos, sendo bastante baixos os incrementos verificados a partir do ano de 2011.

No último exercício ocorreu aumento de 13,9% em relação ao montante do ano anterior.

Tabela 01 - Recursos do PNAES destinados à UFSC

ANO	TOTAL DE RECURSO	% AUMENTO
2008	R\$ 4.549.438,42	-
2009	R\$ 7.952.996,00	74,81%
2010	R\$ 9.274.836,00	16,62 %
2011	R\$ 10.437.494,00	12,54%
2012	R\$ 11.438.948,00	9,59%
2013	R\$ 13.030.780,00	13,9%

Fonte: DGO/ PROPLAN (2014).

Esse cenário se traduziu em dificuldades para a PRAE atender ao conjunto de demandas específicas da assistência estudantil, uma vez que a expansão do acesso não foi seguida por uma expansão correspondente do volume de recursos para atender àquelas demandas.

Com isso, grande parte da ampliação das ações de assistência estudantil desenvolvidas ao longo do exercício de 2013 foi suprida pela matriz orçamentária da própria universidade, bem como por recursos diretamente arrecadados.

O artigo terceiro do PNAES, além de definir as áreas prioritárias para os programas e políticas da assistência estudantil, também diz em seu parágrafo segundo que cabe às IFES “definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados”. É justamente este assunto que será tratado brevemente na seção seguinte.

4. BENEFICIÁRIOS DAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NA UFSC

4.1 PROCEDIMENTOS ADOTADOS ATUALMENTE PELA PRAE

Para viabilizar o atendimento das diversas demandas de ordem socioassistencial, de acordo com o estabelecido pelo decreto do PNAES, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) vem construindo uma metodologia de seleção dos beneficiários que está sob responsabilidade da PRAE e sendo executada pela Coordenadoria de Assistência Estudantil (CoAEs).

O estágio inicial de seleção dos estudantes que podem participar dos programas de assistência estudantil ocorre através do **Cadastro Socioeconômico**, instrumento que é preenchido pelos alunos eletronicamente e analisado pela equipe de assistentes sociais. Após este procedimento gera-se um índice de vulnerabilidade socioeconômica de cada estudante, de acordo com uma metodologia específica de cálculo. Esse índice serve como balizador para o acesso de todos os estudantes a todos os benefícios dos programas institucionais relativos à área de assistência estudantil.

Tal índice deriva de estudo social e econômico que é realizado com a finalidade de seleção e inclusão dos estudantes nos programas assistenciais. A execução deste trabalho utiliza alguns critérios socioeconômicos, particularmente de alguns indicadores que são constantemente atualizados e validados, destacando-se dentre eles a conformação do núcleo familiar, a renda familiar, a interdependência do vínculo econômico-social e a inserção no mercado de trabalho, o atendimento das necessidades básicas, a situação de moradia, a situação de saúde e a estrutura familiar.

Ao considerar esses fatores para atendimento dos estudantes em programas nos quais normalmente a demanda é superior ao recurso disponível, torna-se necessária primeiramente a emissão de um parecer social, cujo respaldo é dado pelo estudo social, que irá definir a opinião profissional sobre a definição da concessão do benefício.

Essa definição é realizada a partir da seleção socioeconômica, por meio da classificação do Índice Socioeconômico (ISE), que é calculado a partir da seguinte fórmula:

$$\frac{0,8 \text{ ou } 0,6 \text{ ou } 0,4 \times R}{VRm \times N}, \text{ onde:}$$

Legenda:

R= Renda bruta familiar mensal;

N= Número de dependentes da família;

VRm= Maior valor de referência (valor do salário mínimo brasileiro);

0,8; 0,6 ou 0,4= Constantes destinadas a abaterem de R os indicadores de agravantes da situação familiar

O estudo social e seu conseqüente parecer são realizados por meio do **Cadastro Socioeconômico** e da documentação comprobatória apresentada, mediante entrevista com o estudante. Tem-se como referencial os seguintes indicadores agravantes da situação familiar:

- Despesas do estudante com moradia (pagamento de aluguel ou financiamento de casa própria); distância da moradia da família;
- Situações de doença na família;
- Situações de desagregação familiar
- Outras situações que o profissional julgar necessário, tais como: óbito, desemprego recente, situação de risco social, entre outros.

Foram totalizadas 1.410 análises de cadastros socioeconômicos no Campus Florianópolis, 127 no Campus de Araranguá, 121 no Campus de Curitibanos e 100 no Campus de Joinville, perfazendo um total de 1,758 cadastros socioeconômicos analisados no ano de 2013.

Com isso, o número total de cadastros com análises concluídas e digitadas no sistema online da Coordenadoria de Assistência Estudantil (CoAEs) atingiu 3.767, número que corresponde aos cadastros de 2012 e 2013. Ou seja, a partir de janeiro de 2014 é este o número de estudantes aptos a concorrer aos editais de auxílios e benefícios ofertados pela PRAE. Registre-se que a este contingente deverão se juntar os novos estudantes que ingressarão nos dois semestres de 2014, bem como outros estudantes que já estavam matriculados na UFSC, mas que por alguma razão ainda não tinham procurado a PRAE para obter alguma assistência.

4.2 MUDANÇAS EM CURSO

Os procedimentos mencionados no item anterior, que são definidores de todas as formas de acesso aos programas e benefícios oferecidos pela PRAE, foram motivo de diversos debates internos entre a equipe técnica e gestores da Pró-Reitoria, tendo em vista o viés que tais procedimentos podem estar causando junto à comunidade estudantil, especialmente em relação ao uso livre de agravantes ao critério de cada profissional. Tal fato pode gerar distintas interpretações para uma mesma situação, como ocorreu, aliás, durante o processo de validação da renda para os estudantes ingressantes pelo sistema de cotas no vestibular de 2013.

De um modo geral, os principais problemas dizem respeito à forma de cálculo do índice de vulnerabilidade socioeconômica¹, os tipos de agravantes considerados e os procedimentos profissionais díspares para análise do cadastro dos estudantes.

Em função disso, foi criada uma comissão, sob a presidência do coordenador da CoAPE e que também contou com a participação de assistentes sociais dos campi do interior do estado, para analisar esta questão. Após vários encontros e encaminhamentos durante o segundo semestre de 2013, a comissão fez apenas algumas proposições preliminares. Este trabalho terá de ser concluído ainda no primeiro semestre de 2014, tendo em vista sua importância no sentido de reorientar o trabalho de todos os profissionais que compõem a equipe técnica da CoAEs.

Registre-se que em função do grande volume de trabalho em todos os campi durante o segundo semestre de 2013, apenas as sugestões pontuais da comissão puderam ser incorporadas aos processos de trabalho. Em grande medida, isso foi verbalizado na construção dos editais, os quais procuram ser mais didáticos para os estudantes, ao mesmo tempo em que buscaram padronizar os documentos solicitados.

Destaca-se a importância de se ter um processo de trabalho qualificado e sendo realizado de forma mais correta possível, uma vez que a coordenação de assistência estudantil é a porta de entrada dos estudantes que se encontram em situação social desfavorável. É no momento de contato com as informações disponibilizadas pelos estudantes no cadastro socioeconômico que as equipes técnicas terão acesso e conhecimento da realidade de cada estudante.

¹ Rigorosamente falando, a fórmula que historicamente vem sendo utilizada na verdade não é um número índice, mas sim apenas uma conta matemática.

Pelo fato do cadastro e, conseqüentemente, do estudo socioeconômico tornar-se o principal instrumento definidor do acesso dos estudantes aos programas e benefícios ofertados pela PRAE, é necessário que os mesmos sejam executados de forma criteriosa e em consonância com a realidade objetiva de cada estudante, de tal maneira que seja diminuído ao máximo as possibilidades de influências externas na definição do índice geral de cada estudante.

5 PRINCIPAIS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA PRAE EM 2013

5.1 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO

A comunidade acadêmica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem disponível uma ampla estrutura alimentar sob responsabilidade do **Restaurante Universitário (RU)**, que é uma das unidades executoras da política de permanência vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE).

Nesse sentido, o RU busca priorizar a saúde de seus usuários através do fornecimento de uma alimentação balanceada e diversificada produzida dentro de um padrão de controle qualidade. Além disso, o restaurante universitário também se preocupa com a heterogeneidade dos hábitos alimentares presentes na cultura regional e estadual, bem como procura contribuir com a promoção da qualidade do ensino, pesquisa e extensão na universidade, através da abertura de campos de estágio para as mais diversas disciplinas.

O cardápio é planejado e elaborado semanalmente levando-se sempre em consideração o custo dos alimentos, o correto armazenamento, a recepção e o tratamento adequado dos gêneros alimentícios utilizados para elaboração das refeições. O conjunto de fornecedores é selecionado previamente através de processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, visando à garantia da qualidade dos produtos utilizados.

Cabe ressaltar que nos últimos anos, em função da expansão da demanda com a criação de três campi no interior do estado, houve uma ampliação da estrutura da política de alimentação. Por um lado, ampliou-se a capacidade própria do Campus Trindade com a inauguração, ainda no final do ano de 2011, de um novo prédio, sendo desativada a estrutura antiga. Por outro lado, passou-se a fornecer os serviços de alimentação nos campi do interior através de contratação – via licitação – de restaurantes terceirizados.

Devido à particularidade da unidade de ensino do Centro de Ciências Agrárias (CCA), que se localiza em Florianópolis no bairro do Itacorubi, os alunos daquela unidade acadêmica também passaram a ser atendidos por um restaurante terceirizado nos mesmos moldes dos campi do interior. Com isso, atualmente a política de alimentação da UFSC é composta por cinco unidades alimentícias.

A seguir destacamos os principais indicadores de desempenho do setor durante o ano de 2013. Em termos do número médio de refeições diárias, a tabela 02 apresenta as informações para o exercício de 2013, destacando-se que todos os serviços são fornecidos de

forma ininterrupta, ou seja, de domingo a domingo, tanto para almoço como para o jantar.

No quadro geral observa-se a média expressiva do campus Trindade em todo o período, podendo também ser considerada alta a demanda nos finais de semana neste mesmo local. Isto se explica pelo fato deste campus concentrar a grande maioria dos estudantes da UFSC.

Tabela 02 - Média diárias de refeições em todos os campi no ano de 2013

PERÍODO	TRINDADE	CCA	ARARANGUÁ	CURITIBANOS	JOINVILLE
Seg-Sex	7056	644	344	363	749
Sab-Dom	1606	Fechado	107	104	459

Fonte: RU/PRAE (2013).

Outro aspecto geral observado no ano de 2013 é que houve um aumento da média diária em todos os RU dos campi comparativamente ao ano de 2012, exceto no caso do RU da Trindade, destacando-se o expressivo crescimento da média diária do campus de Joinville. Em grande medida, esse comportamento pode ser explicado pela expansão da demanda, uma vez que este campus apresentou um grande crescimento do número de estudantes no último ano.

No caso do RU do campus Trindade, verificou-se uma ligeira redução da média diária, tanto nos dias úteis como nos finais de semana. Em parte, esse comportamento pode ser creditado a fatores extemporâneos, como foi o caso dos meses de maio e agosto de 2013, quando houve uma queda expressiva dessa média em função do acidente com os caldeirões, levando a uma redução da variedade de produtos ofertados nas refeições.

Ainda sobre a média dos finais de semana, nota-se que tanto em Araranguá como em Curitiba os indicadores são baixos. Algumas hipóteses podem ser aventadas para explicar tal comportamento. No caso de Curitiba, a distância do restaurante em relação ao campus e também deste em relação ao centro da cidade, bem como a precariedade do sistema de transportes públicos, podem estar dificultando a maior demanda dos alunos. Já no caso de Araranguá, uma das hipóteses para este comportamento é que um grande número de alunos, em função de ser originário de municípios próximos, pode estar indo para as casas dos pais nos finais de semana.

A tabela 03 apresenta a evolução das refeições servidas no RU do Campus Trindade, principal unidade executora da política de alimentação da UFSC. De um modo geral, nota-se um processo em curso de expansão da demanda. Considerando-se apenas os três últimos

exercícios, verifica-se uma evolução de mais de 100% entre os anos de 2011 e 2013. Este comportamento pode ser explicado por dois fatores: por um lado, a melhoria na qualidade das refeições e da estrutura física após a inauguração do novo prédio do restaurante e, por outro, a grande expansão de vagas ocorrida nos últimos anos, o que naturalmente ajudou a elevar a demanda pelos serviços de alimentação da universidade.

Tabela 03 – Evolução do número de refeições do RU - Campus Trindade

ANO	Nº REFEIÇÕES
2011	806.719
2012	1.180.986
2013	1.630.834

Fonte: RU/PRAE (2013).

A tabela 04 apresenta a evolução do número de refeições servidas em cada uma das unidades terceirizadas dos campi do interior do estado e do CCA. De um modo geral, nota-se um importante crescimento do número em todos os campi, sendo mais expressivo o crescimento nos campi de Araranguá e de Curitiba, os quais aumentaram em quase 50% o número de refeições servidas em relação ao exercício anterior.

Já o RU do campus de Joinville, embora não apresentando uma expansão semelhante, manteve-se num patamar elevado, considerando-se que ocorreu um aumento de 39% do número de refeições servidas em relação ao ano anterior.

Finalmente, verifica-se que apenas no restaurante do CCA ocorreu uma pequena redução do número de refeições servidas no ano de 2013 em relação ao ano anterior. Todavia, deve-se mencionar que o patamar de 2013 é 30% superior comparativamente ao ano de 2010.

Tabela 04 – Evolução do número de refeições servidas pelos restaurantes terceirizados

ANO	CCA	ARARANGUÁ	CURITIBANOS	JOINVILLE
2010	92.566	19.855	20.741	54.009
2011	103.983	25.553	72.155	95.485
2012	138.786	56.122	54.422	115.750
2013	120.359	75.598	79.908	161.983

Fonte: RU/PRAE (2013).

A tabela 05 apresenta o número de estudantes isentos de pagamento no período entre 2008 e 2013 nos RU da Trindade e do CCA de Itacorubi. Inicialmente deve-se registrar que este tipo de auxílio apresentou um expressivo crescimento a partir do ano de 2010, em grande parte devido à maior inserção do PNAES nos orçamentos das IFES. Tal programa destina às instituições federais de ensino superior recursos carimbados para a assistência estudantil, merecendo destaque a política de alimentação.

Além disso, parte desta expansão da isenção também se deve a própria situação social dos estudantes, particularmente dos novos grupos de estudantes que recentemente passaram a fazer parte da comunidade acadêmica da UFSC, os quais integram classes sociais que historicamente não tinham acesso à universidade pública.

Tabela 05 - Evolução do número de alunos isentos no RU de 2008 a 2013 em todos os Campi

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Isenções no RU	704	913	1.327	1.913	1.922	3.223

Fonte: RU/ PRAE (2013).

Essas mesmas informações encontram-se desagregadas por campi apenas para o ano de 2013, conforme tabela 06. Com relação ao expressivo número de alunos do campus de Curitibanos que recebe isenção, deve-se esclarecer que este campus se localiza em uma das regiões que apresentam os maiores bolsões de pobreza no estado de Santa Catarina, fato que se reveste em uma demanda crescente proporcionalmente ao número de alunos atendidos nos demais campi.

Tabela 06 - Número de estudantes com isenção do RU no ano de 2013 por campi

FLORIANÓPOLIS	ARARANGUÁ	CURITIBANOS	JOINVILLE
2.009	238	367	237

Fonte: RU/PRAE (2013).

Da mesma forma, deve-se registrar a expansão ocorrida no campus de Florianópolis no último exercício. Em grande medida, parte deste aumento do número de isentos se deve ao número de cotistas, cujo corte de renda de ingresso (1,5 salários mínimos) também é utilizado para definir a isenção do restaurante universitário. Mas há outros fatores que

indiretamente também interferem neste processo, os quais precisam ser observados com maior atenção pelos gestores universitários.

A tabela 07 apresenta a arrecadação total do restaurante universitário no exercício de 2013 por segmentos que compõem a comunidade acadêmica. O custo unitário aos estudantes é de R\$ 1,50, enquanto que para servidores é de R\$ 2,90 e para os visitantes é de R\$ 6,10. Todavia, análises estimativas dos custos operacionais do RU revelam que mesmo o preço cobrado aos visitantes está bem abaixo do custo atual de cada refeição, conforme veremos mais adiante.

Tabela 07 - Arrecadação do Complexo Restaurante Universitário em todos os Campi

INDICADOR	VALOR (R\$)
Venda de Passes – G1 (alunos)	2.121.223,50
Venda de Passes – G2 (servidores)	191.956,80
Venda de Passes – G5 (visitantes)	32.293,40
Valor total arrecadado	2.345.473,70

Fonte: RU/PRAE (2013).

Do ponto de vista do montante arrecadado, observa-se que a maior parte dos recursos arrecadados advém da venda de passes aos estudantes, sendo pouco expressiva a participação dos demais segmentos, em especial dos visitantes. Este fato é importante, uma vez que a grande maioria dos tickets é vendida ao preço de R\$ 1,50, exigindo um subsídio expressivo por parte da instituição.

Em termos estritamente financeiros, esta situação ainda é agravada pelo fato de que, em consonância com as diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o restaurante universitário concede isenção de refeições aos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de acordo com os critérios estabelecidos pela instituição. Como vimos anteriormente, este número é bastante significativo e tende a crescer a cada ano.

A tabela 08 apresenta as despesas gerais com o programa alimentação, envolvendo todos os restaurantes universitários nos diversos campi. No geral, nota-se que os custos com restaurantes terceirizados e com pessoal terceirizado no próprio RU da universidade já respondem por aproximadamente 50% do custo geral com a rubrica alimentação estudantil.

Isso significa uma tendência de expansão crescente dos gastos enquanto o processo de terceirização prevalecer.

Tabela 08 – Despesas do complexo Restaurante Universitário em todos os Campi em 2013

Item	Valor
Restaurante Universitário	R\$ 7.589.820,96
Serviços Terceirizados	R\$ 3.194.629,49
Restaurantes Terceirizados	R\$ 4.040.893,30
TOTAL	R\$ 14.825.343,75

Fonte: RU/PRAE (2013).

Apenas a título de informação geral, deve-se registrar que somente os gastos com restaurante universitário já superaram o montante de recursos de custeio destinados pelo PNAES à UFSC no exercício de 2013, obrigando a atual administração a custear o RU com rubricas orçamentárias da matriz geral da universidade.

A tabela 09 apresenta os diferentes custos para cada restaurante em cada um dos campi da UFSC. Em primeiro lugar, é importante frisar que os custos dois restaurantes terceirizados são definidos em processo de licitação por pregão eletrônico, a partir de tomadas médias de preços em cada uma das regiões onde se localizam os respectivos campi. Assim, é possível se observar importantes diferenças expressivas de preços entre as empresas prestadoras de serviços à UFSC.

Tabela 09 – Custo da refeição do Complexo Restaurante Universitário (todos os Campi)

Campus	Valor
Trindade (produção + serviços terceirizados)	R\$ 6,61
Restaurante do CCA	R\$ 6,97
Restaurante de Araranguá	R\$ 12,60
Restaurante de Curitiba	R\$ 12,49
Restaurante de Joinville	R\$ 7,29

Fonte: RU/PRAE (2013).

Os casos de Araranguá e Curitiba são exemplares deste processo, uma vez que apresentam preços unitários muito acima que as demais unidades, particularmente do restaurante terceirizado do Centro de Ciências Agrárias em Florianópolis.

É importante também observar o custo do RU do campus Trindade, uma vez que o mesmo responde pela grande maioria das refeições servidas. Nesse caso, o custo unitário de R\$ 6,61 exige um pesado subsídio por parte da instituição, tendo em vista que a grande maioria dos usuários são estudantes, os quais pagam R\$ 1,50 por refeição, ficando embutido um subsídio da ordem de R\$ 5,11 por refeição servida. Além disso, como vimos anteriormente, 3.223 estudantes tiveram isenção total durante o exercício de 2013.

A estrutura funcional do RU é composta por servidores próprios e funcionários de empresas terceirizadas. Da estrutura de servidores da universidade fazem parte os funcionários da área administrativa e os servidores das áreas técnicas. No primeiro caso, estão alocados 12 servidores para fazer toda a parte operacional e administrativa do restaurante, enquanto que o segundo grupo é composto por 27 servidores de carreira da universidade.

Além dessa estrutura própria, o processo de produção das refeições e demais serviços conta, ainda, com o apoio de 95 funcionários de empresas terceirizadas, conforme tabela 10. Deste total, destacam-se os cozinheiros e auxiliares de cozinha que trabalham diretamente na produção de refeições, bem como nos processos de distribuição das refeições e limpeza dos setores e equipamentos.

Tabela 10 – Quadro de pessoal dos serviços terceirizados no RU Trindade no ano de 2013

EMPRESA	SERVIÇO	DETALHAMENTO
Orbenk	Cozinheiros e Auxiliares de cozinha	47 funcionários terceirizados, sendo 10 cozinheiros e 37 auxiliares de cozinha com jornada das 07:00 às 16:00hs
Willsons	Cozinheiros	17 funcionários terceirizados que trabalham de segunda a sexta das 15:00 às 21:00hs e que também atendem aos sábados, domingos e feriados das 08:00h às 20:00 hs.
Ondrepsb	Serventes de limpeza	13 serventes de limpeza sendo quatro serventes de 8h, seis serventes de 6h e três serventes de 4h
Liderança	Vendedores de passes	Um coordenador e quatro operadores de caixa
Embrasp	Porteiros	13 porteiros sendo 9 porteiros para dias úteis e 4 porteiros para fins de semanas, feriados. c

Fonte: RU/PRAE (2013).

Os serviços de venda de passes e de controle nas portarias do restaurante envolvem duas empresas terceirizadas que disponibilizavam, no exercício de 2013, 18 funcionários para atender as respectivas demandas. Somam-se a esses os servidores específicos responsáveis pela limpeza geral do restaurante. Com isso, são 31 servidores que executam suas tarefas de forma complementar ao processo geral de funcionamento do restaurante.

Este é um processo complexo e que apresenta problemas de absenteísmo, que em determinados períodos pode ser considerado alto. Tal fato se explica devido ao tipo das atividades desenvolvidas no RU, bem como a idade média dos servidores ser elevada e o tempo de serviço dos servidores estar entre 22 e 30 anos, na maioria dos casos. Além disso, dos 38 servidores da UFSC lotados no RU, vários apresentam algum tipo de restrição de atividade, o que gera certa sobrecarga de trabalho para aqueles que ainda não apresentam patologias que necessitem de afastamentos do trabalho.

No último ano observou-se um decréscimo no número de afastamentos por motivo de doença. A maior presença dos servidores terceirizados pode ter contribuído para isso, uma vez que os mesmos acabam colaborando na execução e complementação das atividades diárias do RU.

Ao final desta subseção sobre política de alimentação, deve-se registrar o acidente que ocorreu no RU no dia 13.05.2013. Como é do conhecimento de todos, o refeitório novo do Restaurante Universitário (RU) foi inaugurado em novembro de 2011, porém a cozinha passou a funcionar nesse prédio somente a partir do mês de fevereiro de 2012, com a desativação da cozinha antiga ainda em dezembro de 2011. Dentre os equipamentos adquiridos, foram instalados oito caldeirões a gás/vapor autoclavados, sendo seis deles de 500 litros e dois de 100 litros.

No último ano foram realizadas três manutenções nos equipamentos por parte da INECOM, empresa fabricante dos produtos. Todavia, no dia 13.05 a tampa de um dos caldeirões apresentou problemas, ocasionando um acidente. A ocorrência foi imediatamente comunicada à empresa INECOM e todas as medidas preventivas foram tomadas, com a desativação dos demais caldeirões.

A equipe técnica do fabricante chegou ao RU no dia 15.05 (quarta-feira pela manhã) e constatou um problema de dilatação das tampas, que provocou o vazamento do vapor. Em caráter preventivo, os prendedores dos torniquetes das tampas foram reforçados com solda e os torniquetes e borrachas de neoprene das tampas foram substituídos.

Essa manutenção foi feita em três caldeirões que ainda não apresentavam problemas, visando à continuidade do uso desses equipamentos. Para evitar novos acidentes, optou-se por manter desativados os demais caldeirões até a troca completa das tampas.

No dia 22 de maio de 2013, a UFSC notificou oficialmente a INECOM, empresa produtora dos equipamentos, sobre a vigência da garantia dos panelões, os quais foram adquiridos ainda em 5 de novembro de 2011, por meio do pregão eletrônico nº 237/2011, com garantia de três anos.

Apenas no dia 3 de junho de 2013 a UFSC recebeu comunicado da empresa INECOM, a qual reconheceu que os equipamentos permaneciam em garantia e afirmou que as tampas seriam substituídas em um prazo aproximado de trinta dias. No dia 18 de junho de 2013, a INECOM informou que o processo de produção das novas tampas dos panelões seria finalizado no dia 28 de junho de 2013, com instalação prevista para iniciar no dia 2 de julho de 2013.

Com isso, a produção das refeições foi afetada, em especial o cozimento de feijão, cujas quantidades tiveram de ser porcionadas e o cardápio passou a sofrer limitações. Porém, em momento alguns os comensais deixaram de ter os demais gêneros alimentícios em quantidades adequadas.

Como os equipamentos não estavam em condições seguras e não apresentavam condições de trabalho adequadas, todo o sistema de caldeirões, por medida de precaução, foi desativado até a troca efetiva de todas as tampas.

Este processo foi concluído entre os dias 02 e 04 de julho de 2013, quando finalmente todos os tampões dos caldeirões foram trocados. Os novos equipamentos passaram por rígidos testes, sendo inclusive aprovados pelos órgãos fiscalizadores que acompanharam todo o processo, desde o dia do acidente até a solução definitiva do problema.

Em síntese, o que podemos dizer é que neste processo difícil observamos a colaboração de muitos segmentos acadêmicos. Mas em especial devemos registrar a dignidade, solidariedade e compromisso de todas as equipes de trabalho do RU, as quais souberam conviver com a adversidade de forma extremamente responsável.

5.2 PROGRAMA DE MORADIA ESTUDANTIL

5.2.1 Vagas e caracterização dos moradores

A Casa do Estudante Universitário (CEU) da UFSC está vinculada à PRAE e seu funcionamento é definido pela Resolução do CUN nº 006/2003. Registre-se que apenas no Campus da Trindade existe moradia estudantil, cujas instalações estão situadas à Rua Desembargador Vitor Lima, nº 700, Bairro Carvoeira, Florianópolis.

A política de moradia estudantil tem como objetivo o atendimento aos alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para obter este benefício, é necessário que os alunos estejam regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial da UFSC e sejam oriundos de outros municípios. Além destes estudantes, a CEU-UFSC recebe também estudantes de intercâmbio provenientes de Universidades do Cone Sul referente ao convênio AUGM.

No caso da UFSC, esta política divide-se em duas áreas básicas de ação: por um lado, a alocação dos alunos demandantes nas vagas existentes e, por outro, pagamento de um auxílio moradia aos alunos que não conseguem vaga e se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Este último aspecto justifica-se pelo fato de que, historicamente, a UFSC construiu poucas vagas, o que impossibilitou o atendimento de uma demanda que é cada vez mais crescente frente às condições imobiliárias na cidade de Florianópolis.

Com o objetivo de proporcionar aos estudantes de outros municípios um espaço de convivência que possibilite a permanência durante a realização dos respectivos cursos em um ambiente sadio e adequado ao estudo com gratuidade plena, a estrutura construída da CEU-UFSC no Campus Trindade possui atualmente quatro módulos.

A tabela 11 apresenta as vagas existentes em cada um dos quatro módulos que se encontram em funcionamento atualmente. Registre-se que com a conclusão e entrega do módulo V no mês de junho de 2013, o total de vagas passou para 167, sendo que seis delas são destinadas aos estudantes que a UFSC recebe por meio do programa AUGM Escala Estudantil, cuja seleção é realizada pela SINTER a cada semestre.

Além dos estudantes intercambistas, deve-se mencionar que a CEU-UFSC reserva 10 vagas para estudantes Portadores de Necessidades Especiais (PNE). Com isso, as vagas ofertadas mantém a seguinte distribuição: 151 delas se destinam aos estudantes de graduação da UFSC; 06 delas se destinam aos estudantes de intercâmbio do programa AUGM; e as 10

vagas restantes são destinadas aos estudantes de graduação da UFSC que apresentam necessidades especiais.

Tabela 11 – Distribuição de vagas nos módulos da CEU - Campus Trindade - Fpolis

Módulo I	Módulo II	Módulo IV	Módulo V
07	08	72	80

Fonte: CEU/PRAE (2013).

Deve-se mencionar que, atendendo reivindicação dos moradores, o módulo III (feminino) foi desativado no mês de julho de 2013 por apresentar problemas estruturais e estar sem condições adequadas de habitação. Esta desativação, todavia, foi compensada pela expansão do número de auxílio moradia, conforme será tratada em uma seção específica deste relatório.

O processo seletivo para o ingresso nas vagas da moradia estudantil é efetuado semestralmente pela Coordenadoria de Assistência Estudantil (CoAEs/PRAE) através de publicação em edital no site da Pró-Reitoria. O resultado com a relação dos estudantes selecionados é divulgado após a análise detalhada da documentação, sendo que as chamadas são feitas na medida em que as vagas são liberadas por estudantes que deixam de participar do programa.

A tabela 12 mostra o total de vagas existentes distribuído por gênero nos módulos. Excluindo-se as vagas reservadas, nota-se que os estudantes do sexo masculino ocupam a maior parte das vagas, totalizando 57% do total.

Tabela 12– Distribuição das vagas por gênero nos módulos da CEU - Campus Trindade

MASCULINO	FEMININO	PNE*	Intercâmbio**
86	65	10	06

Nota: * 06 masculinas e 04 femininas - ** 04 femininas e 2 masculinas

Fonte: CEU/PRAE (2013).

A tabela 13 apresenta a taxa de ocupação da moradia estudantil no segundo semestre de 2013 com informações relativas ao mês de dezembro de 2013 (final de semestre). De um modo geral, pode-se dizer que uma taxa de ocupação de 95% é bastante positiva, considerando-se o processo de mudanças que ocorre ao longo de todo ciclo semestral. Outro dado positivo é que as vagas reservadas para PNE estão sendo praticamente preenchidas.

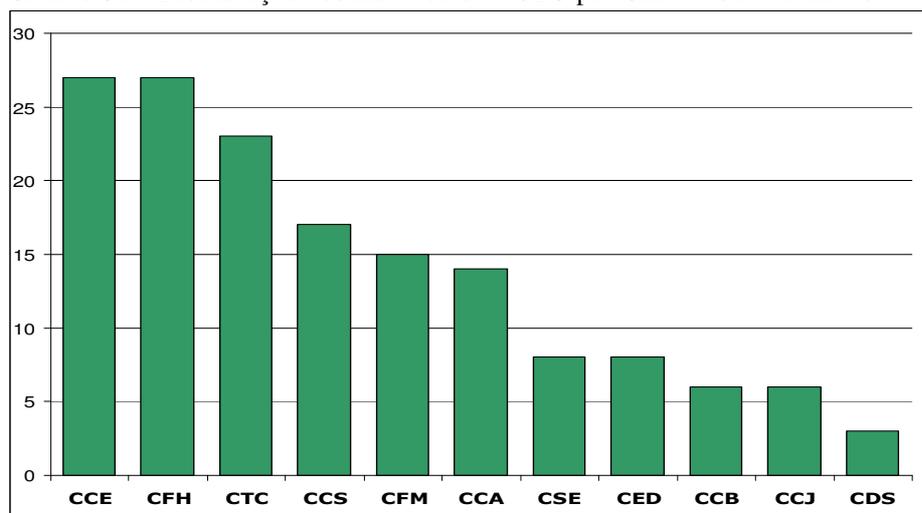
Tabela 13 – Percentual de ocupação das vagas da CEU no mês de dezembro de 2013

Vagas ocupadas	Vagas abertas PNE	Vagas abertas Masculinas	Vagas abertas femininas	Taxa de Ocupação
159	01	04	03	95,2%

Fonte: CEU/PRAE (2013).

O gráfico 01 mostra a distribuição do total de vagas ocupadas segundo as unidades acadêmicas do Campus de Florianópolis. De um modo geral, verifica-se a forte presença de estudantes que fazem parte das unidades acadêmicas das áreas de ciências sociais e humanas, destacando-se CCE, CFH, CSE e CED, que representam mais de 60% dos estudantes beneficiados pelo programa de moradia estudantil.

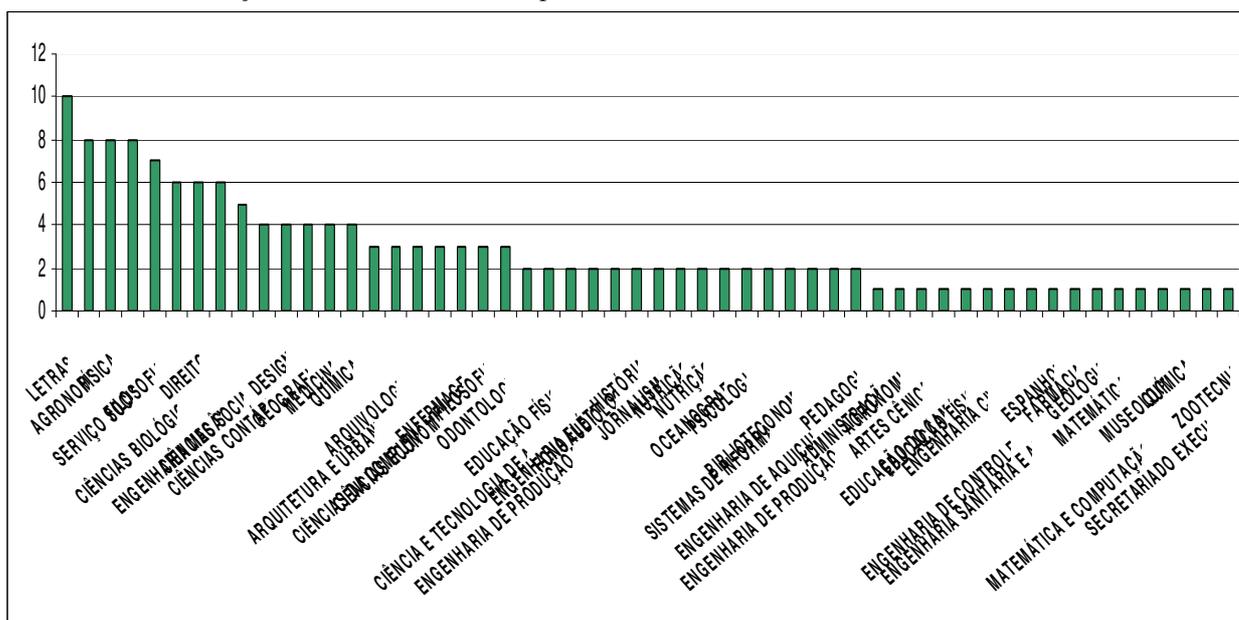
Gráfico 01 – Distribuição dos moradores da CEU por Unidades Acadêmicas



Fonte: CEU/PRAE (2013).

O gráfico 02 mostra a distribuição das vagas pelos distintos cursos das unidades acadêmicas do Campus de Florianópolis, revelando expressiva presença de estudantes dos cursos de Letras, Agronomia, Física, Serviço Social e filosofia na Moradia Estudantil.

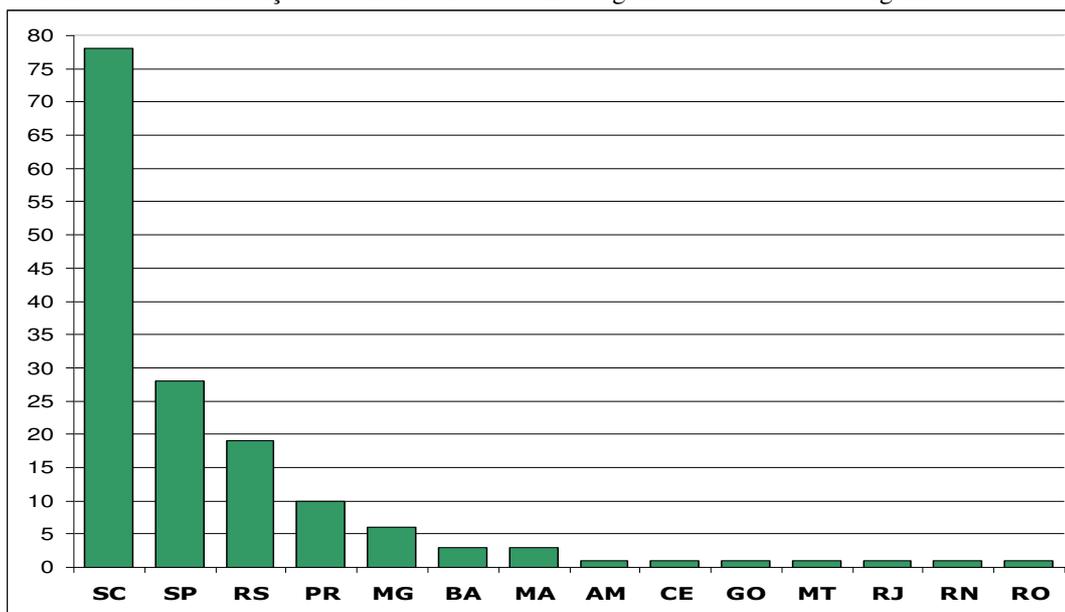
Gráfico 02 – Distribuição dos moradores da CEU por curso



Fonte: CEU/PRAE (2013).

O gráfico 03 apresenta a distribuição dos moradores segundo o estado de origem de cada estudante. Chama atenção que mais de 75% do total tem origem no estado de Santa Catarina, seguido pelos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Ou seja, a grande maioria dos estudantes que residem na moradia estudantil tem origem nestas três unidades da federação.

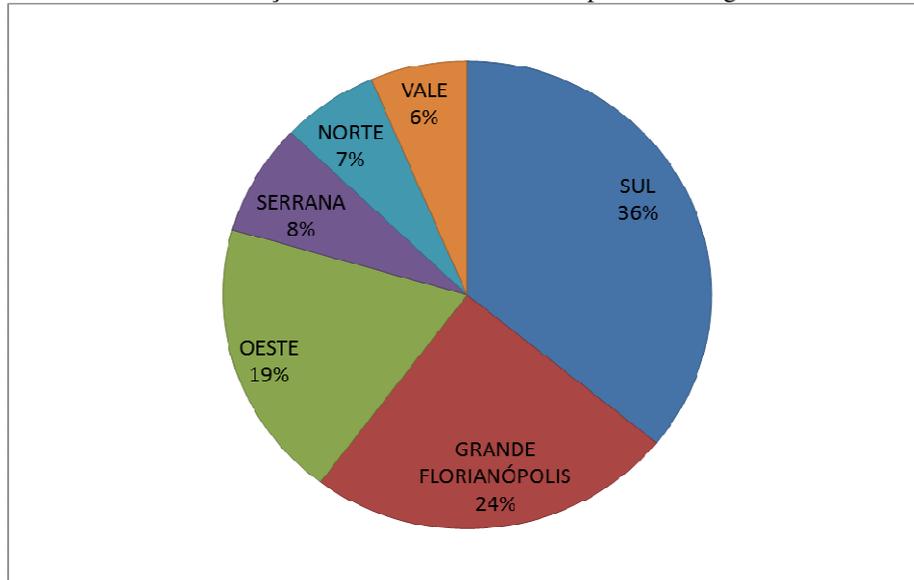
Gráfico 03 – Distribuição dos moradores da CEU segundo os estados de origem



Fonte: CEU/PRAE (2013).

O gráfico 04 mostra a distribuição dos moradores originários do estado de Santa Catarina por mesorregiões geográficas. A região Sul é que mais disponibiliza estudantes para fazer parte da moradia estudantil. Se a esta agregarmos os estudantes originários da Grande Florianópolis, veremos que essas duas mesorregiões contribuem com aproximadamente 60% do total de estudantes catarinenses que residem na CEU-UFSC.

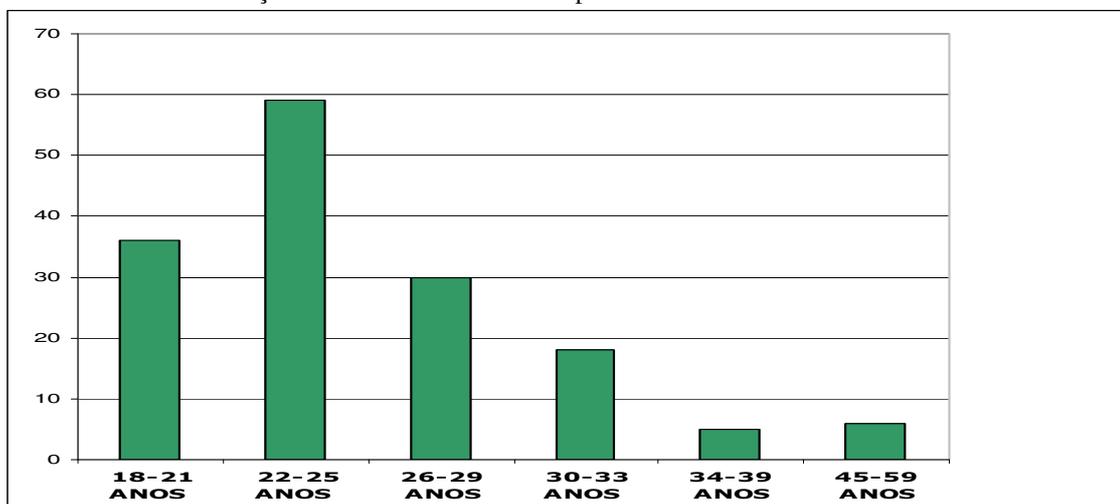
Gráfico 04 – Distribuição dos moradores da CEU por mesorregiões catarinenses



Fonte: CEU/PRAE (2013).

O gráfico 05 apresenta as distintas faixas etárias dos moradores da CEU, predominando os estudantes na faixa entre 18 e 25 anos de idade, sendo mais expressiva a faixa entre 22 e 25 anos.

Gráfico 05 – Distribuição dos moradores da CEU por faixa etária

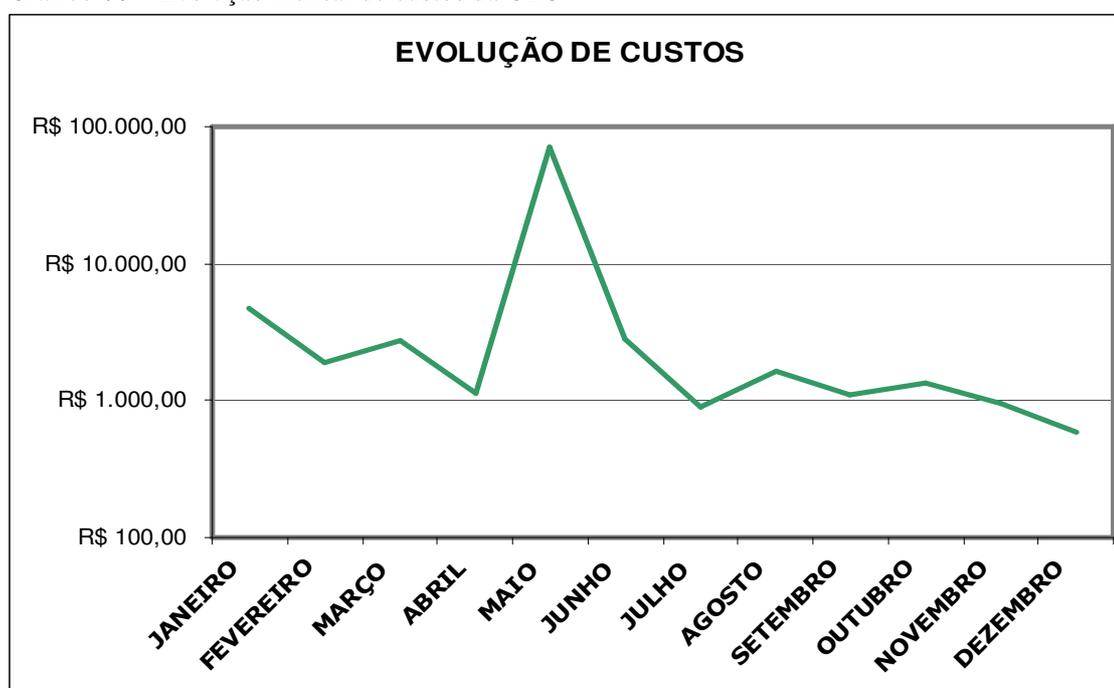


Fonte: CEU/PRAE (2013).

O gráfico 06 apresenta a evolução dos custos básicos da moradia estudantil no exercício de 2013. Nele estão consolidados os gastos com investimento em compra de bens duráveis, materiais de consumo necessários ao funcionamento da CEU e não fornecidos pelo almoxarifado, além de serviços indispensáveis que não são prestados pela Prefeitura Universitária.

De um modo geral, observa-se uma forte elevação dos gastos entre os meses de maio e junho, fato explicado pela inauguração do Módulo V, além da execução no mesmo período de várias melhorias nos outros Módulos.

Gráfico 06 – Evolução mensal de custos da CEU



Fonte: CEU/PRAE (2013).

5.2.2 Outras ações realizadas na moradia estudantil durante o ano de 2013

Além das ações cotidianas da administração da Casa do Estudante Universitário (CEU), um conjunto diverso de atividades foi realizado durante o ano de 2013 naquele espaço público. A seguir destacamos as principais ações, registrando que na página da PRAE encontram-se relatórios bimensais das atividades realizadas.

De um modo geral, pode-se afirmar que durante o ano de 2013 foram desenvolvidas ações significativas na Moradia Estudantil que modificaram sua qualidade, seja através dos

diversos investimentos realizados, seja pelas contratações de serviços. Tudo isso se reverterá em melhoria da qualidade de vida dos usuários.

O primeiro semestre de 2013 foi marcado por importantes alterações estruturais. No mês de Junho, foi entregue para ocupação o Módulo V, o que significou acréscimo de mais 80 vagas. Todavia, por solicitação dos próprios moradores, duas outras alterações estruturais acabaram reduzindo os impactos deste acréscimo.

Por um lado, ocorreu alteração do layout dos quartos do módulo IV com a retirada dos quartos de uma cama, com o intuito de trazer mais espaço e comodidade para os moradores. Com isso, 1/3 das vagas existentes neste módulo foram reduzidas, o que significou uma diminuição de 32 vagas. Registre-se que neste mesmo módulo foram adquiridos **novos refrigeradores e cadeiras de estudo** disponibilizadas para todos os moradores a partir do mês de julho.

Por outro lado, foi desativado, por questão de segurança dos moradores, o módulo III (feminino). Com isso, houve a redução de mais 32 vagas que, somadas à redução do módulo IV, representaram uma redução total de 64 vagas. Assim, na prática a entrega do novo prédio acabou acrescentando apenas 16 novas vagas, o que contribuiu pouco enquanto solução do histórico problema da moradia estudantil na UFSC. Registre-se que a PRAE já solicitou ao DEPAE/PROPLAN uma análise técnica rigorosa sobre as condições do Módulo III e seu melhor destino.

No segundo semestre de 2013 também houve modificações estruturais, bem como melhorias nas instalações existentes, além da disponibilização de novos serviços. Por um lado, foi realizada a reforma geral do módulo II, com substituição do telhado, camas, armários, fogão e geladeira. Com isso, o local voltou a ter a qualidade adequada para os seus moradores.

Por outro, foram disponibilizadas e equipadas diversas instalações, especialmente das áreas comuns dos módulos. Assim, foi entregue a nova sala de informática equipada com 10 computadores novos, todos com acesso à internet. Também foi entregue a nova lavanderia do Módulo V (prédio novo) equipada com quatro secadoras e três máquinas de lavar. Finalmente, foi reformada a lavanderia do módulo IV, com a instalação de novos varais e conserto periódico das dez máquinas de lavar disponíveis naquele local.

Além disso, foram disponibilizados melhores serviços de internet com a entrega de novos aparelhos wireless nos dois módulos (IV e V), o que resultou em maior comodidade aos moradores.

Do ponto de vista da manutenção dos serviços de higiene e limpeza da moradia, pode-se destacar a dedetização realizada com a finalidade de controlar o surgimento de insetos e roedores. Tal ação vem sendo executada desde o mês de abril pela empresa Desinsect, a qual realiza, além das visitas previstas em calendário definido previamente, atendimentos pontuais nas áreas comuns e também nas unidades de moradia.

Na mesma esfera de atuação, registre-se a contratação de equipe de limpeza predial, interna e externa da Moradia. Foram realizadas duas contratações para a limpeza das áreas internas e mais uma contratação para limpeza das áreas externas. Além disso, outra ação não menos importante no quesito limpeza foi a inspeção e limpeza dos reservatórios e caixas de gordura no mês julho de 2013. Tal serviço passou a ser realizado a cada seis meses visando manter a boa qualidade da água e destino correto do esgoto.

Por fim, deve-se registrar que foram finalizados todos os procedimentos para a contratação das obras de construção da cisterna geral para moradia estudantil, que estavam previstas para iniciar no mês de janeiro de 2014.

5.3 PROGRAMAS DE AUXÍLIOS FINANCEIROS AOS ESTUDANTES

5.3.1 Programa Bolsa Permanência UFSC

O Programa Bolsa Permanência, instituído no ano de 2008 por meio da Resolução Normativa nº 015/CUn/2007, é definido como “um Programa de caráter social que visa propiciar auxílio financeiro aos alunos dos cursos de graduação presencial, classificados como em situação de carências socioeconômica, para sua permanência na Universidade”. Segundo essa resolução normativa, a concessão da bolsa ocorre mediante a alocação do aluno em um projeto de pesquisa, ensino ou extensão vinculado a sua área de formação.

No primeiro semestre de 2013 ocorreram apenas dois processos seletivos. O edital nº 003/PRAE/2013, que disponibilizava 150 vagas de Bolsas Permanência para os Campi de Florianópolis, Araranguá e Curitibanos. Já o edital nº 007/PRAE/2013 foi específico para o campus de Joinville, com a disponibilização de até 100 bolsas.

Finalizado o processo de seleção, foram selecionados 238 estudantes no primeiro Edital e mais 22 estudantes no segundo edital. Na sequência os estudantes selecionados foram alocados aos projetos cadastrados no Programa Bolsa Permanência e avaliados pelas comissões formadas nos Cursos de Graduação, para vigência no ano de 2013.

Além disso, no início do primeiro semestre também foi divulgado o Edital nº 002/PRAE/2013, que previa a renovação da bolsa para os estudantes que completariam doze meses naquele período.

Ao longo do primeiro semestre de 2013 houve continuidade do programa, com manutenção do patamar de atendimento atingido no final do exercício anterior. Além disso, no mês de março de 2013 houve alteração do valor da bolsa, que passou de R\$ 457,00 para R\$ 492,00, valor que foi mantido até o último mês de vigência do programa (agosto de 2013).

No mês de maio de 2013 o Governo Federal lançou, por meio da Portaria 389/MEC, de 09.05.2013, o “Programa Bolsa Permanência”, com o objetivo de apoiar a permanência nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e também estudantes indígenas e quilombolas.

Na sequência a SESU/MEC solicitou, através do ofício circular 09/2013/SESU/MEC que todos os programas e benefícios de assistência estudantil que envolvessem transferências monetárias a estudantes de graduação não deveriam mais ser denominados de “bolsa permanência”, termo que passou a ser exclusividade do governo federal.

Em função disso, e como a UFSC já tinha aderido ao Programa Bolsa Permanência do MEC, o Gabinete da Reitoria criou, por meio da Portaria 868/2013/GR, de 21 de maio de 2013, uma comissão para revisar a Resolução 015/CUn/2007, que instituiu o programa Bolsa Permanência na UFSC.

Tal comissão concluiu seus trabalhos no mês de julho de 2013 e em agosto do mesmo ano o Conselho Universitário aprovou nova resolução, extinguindo esse programa e criando em seu lugar o Programa Bolsa Estudantil UFSC, conforme será relatado em outro item específico.

A tabela 14 apresenta a evolução mensal do programa Bolsa Permanência até o último mês de sua vigência (agosto de 2013). Inicialmente, observa-se a alteração do valor pago a partir do mês de março, além de uma pequena redução do número de bolsas pagas neste mesmo mês. Este comportamento se explica pelo de que neste período houve a renovação, exigindo realocação de estudantes em projetos, o sempre causava um impacto sobre o número de bolsistas efetivamente alocados no programa.

Tabela 14 - Evolução Mensal do Programa Bolsa Permanência UFSC – jan/2013 a ago/2013

Mês	N.º de bolsas	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
jan	1781	R\$ 457,00	R\$ 813.917,00
fev	1769	R\$ 457,00	R\$ 808.433,00
mar	1575	R\$ 492,00	R\$ 774.900,00
abr	1614	R\$ 492,00	R\$ 794.088,00
mai	1801	R\$ 492,00	R\$ 886.092,00
jun	1779	R\$ 492,00	R\$ 875.268,00
jul	1773	R\$ 492,00	R\$ 872.316,00
ago	1679	R\$ 492,00	R\$ 826.068,00
Total	13771	-----	R\$ 6.651.082,00

Fonte: CoAEs/PRAE (2013).

Outra informação importante ocorreu no mês de maio de 2013, quando se implementou o maior número de bolsas ao longo de toda trajetória do programa. Registre-se que este número serviu de balizamento para a implementação do programa seguinte.

Assim, percebe-se que no mês de encerramento do programa existiam 1.679 estudantes alocados em projetos de pesquisa, ensino e extensão aprovados pelas coordenadorias dos cursos. Esse fato exigiu a implementação de um programa paralelo de transição quando da criação do novo programa, conforme será exposto em outro item específico.

A tabela 15 apresenta a distribuição dos estudantes atendidos por campi durante o exercício de 2013. Inicialmente convém esclarecer que este número é o total acumulado dos oito meses de vigência do programa, uma vez que havia muitas alterações de estudantes em cada mês. A razão disso era a exigência de vinculação do estudante a um projeto de pesquisa.

Em termos estritamente numéricos, observa-se que o campus de Florianópolis respondeu por 72% do total de estudantes atendidos. Mas é importante ressaltar a expansão expressiva do número de estudantes atendidos no campus de Curitiba, que teve um aumento percentual de 125% em relação ao ano anterior. Já nos campi de Joinville e Araranguá houve aumento aproximado de 100% do número de estudantes atendidos em relação ao período anterior.

Tabela 15 – Bolsa Permanência: Número de estudantes atendidos durante o ano de 2013

Campus	Nº. Estudantes
Florianópolis	1.489
Araranguá	147
Curitibanos	257
Joinville	173
Total	2.066

Fonte: CoAEs/PRAE (2013).

Para finalizar, é importante registrar alguns pontos em relação ao programa Bolsa Permanência. É fato que ele cumpriu um papel importante nestes cinco anos e meio de existência, especialmente para os estudantes mais necessitados. Mas é fato inegável, também, que o programa criou algumas distorções acadêmicas e institucionais, as quais nem sempre puderem ser acompanhadas e analisadas adequadamente pelas equipes gestoras do mesmo.

5.3.2 Programa Bolsa Estudantil UFSC

Conforme comentamos no item anterior, a Portaria 389/SESU/MEC, ao instituir o Programa Bolsa Permanência no âmbito nacional, exigiu a revisão de todos os programas desta natureza existentes nas IFES.

Além disso, a referida normativa também permitiu a acumulação de auxílios de permanência com outras bolsas acadêmicas, bem como extinguiu qualquer contrapartida laboral por parte dos estudantes. Registre-se que estas eram reivindicações antigas do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE).

A comissão criada pela Portaria 868/2013/GR/UFSC desenvolveu seus trabalhos durante os meses de junho e julho, realizando debates com os diversos segmentos acadêmicos envolvidos. Antes de enviar o documento produzido ao Conselho universitário, submeteu-se o mesmo a uma audiência pública realizada no mês de julho, momento em que houve oportunidade para que todos os interessados pudessem debater o assunto.

Com as sugestões oriundas da audiência, elaborou-se um documento final, que foi encaminhado ao CUn para apreciação e aprovação. Após duas sessões de debate durante o mês de agosto, o Conselho Universitário aprovou o novo programa no dia 27.08.2013, data

que pode ser considerada um marco na normatização da política de assistência estudantil da UFSC.

O Programa Bolsa Estudantil UFSC foi oficialmente instituído pela Resolução Normativa nº 032/CUn/UFSC, de 27 de agosto de 2013, a qual, além de instituir a nova modalidade de bolsas aos estudantes, revogou o antigo Programa Bolsa Permanência.

Como objetivo geral, o novo programa visa proporcionar auxílio financeiro aos estudantes dos cursos de graduação que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, devidamente comprovada, para sua permanência na universidade. Além disso, o programa também busca elevar o desempenho acadêmico deste segmento específico de estudantes.

O grande diferencial em relação ao programa anterior (Bolsa Permanência) é que deixou de exigir a contrapartida de trabalho dos estudantes, além de ser permitida a acumulação deste benefício financeiro com outras modalidades de bolsas acadêmicas (pesquisa, extensão, estágio, monitoria, etc.).

A nova resolução, todavia, estabeleceu um conjunto de regras para acesso ao benefício, cuja periodicidade passou a ser anual. Assim, no momento da renovação o estudante tem que comprovar algumas contrapartidas acadêmicas, com destaque para a frequência obrigatória de 75% das atividades correspondentes a cada disciplina cursadas nos dois semestres anteriores à renovação da bolsa; aprovação em pelo menos 50% das disciplinas ou dos créditos cursados nos dois semestres anteriores à renovação da bolsa; e comprovação de que o estudante está cursando o número mínimo de créditos exigidos pelo projeto pedagógico de cada curso.

O Processo seletivo para o Programa Bolsa Estudantil foi aberto no mês de setembro de 2013. O referido edital disponibilizou 1.801 Bolsas Estudantil UFSC para o primeiro ano de vigência do programa para todos os Campi. Como a resolução não permite a redução do número de bolsas, optou-se por estabelecer um número que atendesse o máximo possível dos estudantes. Para isso, tomou-se como referência o maior número de bolsas que haviam sido pagas pelo programa anterior. Como dissemos anteriormente, isso ocorreu no mês de maio de 2013, quando foram pagas 1.801 bolsas.

Durante a fase de inscrição no processo seletivo houve casos de estudantes que não estavam cursando a carga mínima semanal estabelecida no projeto pedagógico de cada curso. Estes estudantes foram encaminhados pela PRAE à Coordenadoria de Apoio Pedagógico da PROGRAD, que irá acompanhá-los, sendo que todos eles puderam fazer suas inscrições e concorrer às bolsas disponibilizadas.

A tabela 16 apresenta a evolução do Programa Bolsa Estudantil UFSC em seus primeiros quatro meses de existência. Verifica-se que, no primeiro mês (setembro de 2013) do programa, o número de bolsistas atendidos foi inferior ao estipulado. Em parte, a não implementação das bolsas para alguns estudantes ocorreu em função da greve do sistema bancário, impossibilitando que muitos estudantes conseguissem abrir a conta corrente para depósito da bolsa. Com o fim da greve, o problema foi regularizado e, no mês de outubro, praticamente todos os estudantes selecionados tiveram suas bolsas implementadas.

Tabela 16 - Evolução mensal do Programa Bolsa Estudantil UFSC – set a dez/2013

Mês	N.º de bolsas	Valor unitário	Valor total
set	1764	R\$ 492,00	R\$ 867.888,00
out	1790	R\$ 492,00	R\$ 880.680,00
nov	1796	R\$ 492,00	R\$ 883.632,00
dez	1793	R\$ 492,00	R\$ 882.156,00
Total	7143	----	R\$ 3.514.356,00

Fonte: CoAEs/PRAE (2013).

O não pagamento total dos estudantes selecionados (no mês de dezembro sobraram oito bolsas) no primeiro edital permitirá que no próximo edital a ser lançado no início do primeiro semestre letivo de 2014 (mês de março de 2014) estas vagas sejam preenchidas.

De um modo geral, pode-se avaliar que o programa Bolsa Estudantil UFSC trouxe, em sua formatação original, aos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade a oportunidade de receberem auxílio financeiro para sua permanência na universidade, sem haver a condição de contrapartida de trabalho por parte do estudante. Isto é um avanço que certamente trará uma mudança de paradigma na própria cultura da Universidade, uma vez que durante muitos anos se utilizava do trabalho dos estudantes em muitos setores administrativos da universidade.

Outro aspecto relevante é que este novo programa traz a possibilidade de uma maior intervenção e acompanhamento dos bolsistas por parte das equipes técnicas da Coordenadoria de Assistência Estudantil (CoAEs), com o objetivo de se trabalhar algumas questões que podem estar prejudicando o desempenho acadêmico e a própria permanência na Universidade.

5.3.3 Programa Bolsa Suplementar

Com a extinção do programa Bolsa Permanência e a criação do programa Bolsa Estudantil UFSC, tornou-se necessária a realização do processo de transição entre os dois programas.

Assim, a Portaria 011/PRAE/2013, de 30 de setembro de 2013, considerando a Resolução Normativa 032/CUn/2013, de 27 de agosto de 2013, estabeleceu o Programa Bolsa Suplementar exclusivamente para os estudantes que faziam parte do antigo programa Bolsa Permanência e que concorrem ao edital do Bolsa Estudantil UFSC, mas que não foram contemplados pelo mesmo.

Este é um programa datado, uma vez que sua vigência compreendeu o período entre 01.09.2013 e 31.12.2013. Após essa data, os estudantes interessados no programa Bolsa Estudantil UFSC devem concorrer ao novo edital que será publicado no início do ano letivo de 2014.

A tabela 17 apresenta o número de estudantes beneficiados com o programa, bem como o montante de recursos investidos. Inicialmente, percebe-se que quase 260 estudantes foram atendidos todos os meses de vigência do programa, desmistificando um boato que circulou pela universidade durante os debates e aprovação do programa Bolsa Estudantil UFSC de que a PRAE estaria prejudicando estudantes e retirando “direitos”.

Tabela 17 - Evolução mensal da Bolsa Suplementar UFSC – 2013

Mês	N.º de bolsas	Valor unitário	Valor total
set	218	R\$ 492,00	R\$ 107.256,00
out	258	R\$ 492,00	R\$ 126.936,00
nov	256	R\$ 492,00	R\$ 125.952,00
dez	256	R\$ 492,00	R\$ 125.952,00
Total	988	-----	R\$ 486.096,00

Fonte: CoAeS/PRAE (2013).

Ao contrário do que foi propalado pela universidade, a PRAE, em parceria com a PROPLAN, conseguiu alocar esse montante expressivo de recursos (quase R\$ 500 mil) para atender aquela parcela de estudantes que naquele momento de transição (agosto de 2013)

não poderia ficar desprotegida. Isso é compromisso de gestores públicos que administram o todo e não apenas reivindicações específicas de segmentos específicos.

5.3.4 Programa Bolsa Permanência MEC

No dia 09 de maio de 2013, o Governo Federal, por meio da SESU/MEC, criou oficialmente o Programa Bolsa Permanência (PBP), em consonância com as diretrizes do PNAES e com o programa Pacto Nacional pela Alfabetização em Idade Certa (Lei 12.801, de 24 de abril de 2013). Tal programa, destinado à concessão de bolsas de permanência a estudantes de graduação de Instituições Federais de Ensino Superior, foi promulgado por meio da Portaria 389/SESU/MEC.

Dentre os principais objetivos do programa destacam-se a viabilização da permanência nos cursos de graduação, dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, particularmente os indígenas e quilombolas, e a promoção da democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares que melhorem o desempenho acadêmico. Para tanto, são destinados auxílios financeiros para os segmentos acima mencionados visando contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação que se enquadram neste grupo social.

Para poder fazer parte do programa, o estudante deve cumprir, cumulativamente, as seguintes condições: a) possuir renda familiar per capita não superior a 1,5 salário mínimo; b) estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média igual ou superior a cinco horas diárias; c) não ultrapassar a dois semestres do tempo de regulamentar do curso de graduação a que estiver matriculado para se diplomar; d) ter cadastro socioeconômico devidamente aprovado pela IFES a que estiver ligado.

Esta nova bolsa pode ser acumulável com outras bolsas acadêmicas e com auxílios dos programas assistenciais das próprias IFES, em particular dos auxílios para moradia, alimentação e transportes.

Os recursos do Programa Bolsa Permanência MEC são alocados pelo Fundo Nacional de educação (FNDE), que regulamentou todos os procedimentos relativos ao sistema de pagamento e os respectivos prazos.

O valor da bolsa foi fixado nacionalmente em R\$ 400,00, que corresponde ao valor praticado pela política federal de bolsas de iniciação científica. Particularmente em relação aos estudantes indígenas e quilombolas, ficou estabelecido um valor pelo menos dobrado em

relação aos demais estudantes, em razão de suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições.

Esse programa é bastante contraditório. Se por um lado avança quando permite a acumulação de bolsas e não exige contrapartida laboral por parte dos estudantes beneficiados, por outro estabelece um critério extremamente restritivo em relação à carga horária média diária. Com isso, são poucos os cursos das IFES cujos estudantes estão aptos a participar do programa. Este é um aspecto duramente criticado pelo FONAPRACE em diversas audiências com as autoridades do MEC.

A UFSC aderiu oficialmente ao programa no dia 07 de junho de 2013, conforme Ofício 344/2013/GR enviado diretamente ao Secretário da SESU/MEC. Seguindo as normas do programa anteriormente mencionadas, somente os estudantes dos cursos de Medicina e de Licenciatura Indígena atenderam a essas normas, além, é claro, dos estudantes indígenas e quilombolas integrantes de diversos cursos da universidade.

A tabela 18 apresenta a distribuição dos estudantes contemplados com a BP MEC, segundo o curso frequentado. Observa-se que a grande maioria são estudantes do curso regular de Licenciatura Indígena, seguido pelos estudantes de Medicina. No caso deste último curso, deve-se registrar que dentre os 60 estudantes contemplados com a bolsa atualmente, cinco deles são estudantes indígenas que realizam o referido curso por meio do convênio entre FUNAI e UFSC, o qual permite o acesso de estudantes indígenas aos diversos cursos ofertados pela universidade.

Tabela 18 - Estudantes da UFSC beneficiados com BP MEC por curso (2013)

Curso	Nº Estudantes
AGRONOMIA	1
DIREITO	4
EDUCAÇÃO DO CAMPO	1
ENGENHARIA MECÂNICA	1
ENGENHARIA QUÍMICA	1
FONOAUDIOLOGIA	1
LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA	78
MEDICINA	60
ODONTOLOGIA	1
Total	148

Fonte: MEC (2013).

Em função do convênio, mais quatro estudantes indígenas frequentam outros cursos listados na tabela acima, sendo que todos eles também estão sendo contemplados com a bolsa do programa. Além destes, mais seis estudantes quilombolas distribuídos pelos cursos mencionados também foram contemplados pelo programa.

Mesmo com todas as restrições normativas do programa, ao final de 2013 notou-se que 148 estudantes da UFSC conseguiram a bolsa, fato de grande importância, uma vez que permitiu à PRAE disponibilizar esta mesma quantidade de bolsas a outros estudantes dos cursos regulares que também se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas que não conseguem cumprir as normas do programa.

5.3.5 Programa Complementar de Permanência

Este programa visa atender aos estudantes da UFSC, exceto indígenas e quilombolas, contemplados com bolsa do programa Bolsa Permanência do MEC, uma vez que este paga um valor inferior ao pagamento realizado pelo programa da UFSC.

Por meio da Portaria 014/PRAE/2013, de 27 de novembro de 2013, foi estabelecido o Programa Complementar de Permanência exclusivamente para atender aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial da UFSC que estão aptos a participar do Programa do MEC regulamentado pela Portaria 389/SESU/MEC, de 09 de maio de 2013.

A tabela 19 apresenta o número de estudantes contemplados e o montante mensal dos recursos utilizados. No exercício de 2013 foram contemplados 41 estudantes do curso de Medicina, uma vez que os demais estudantes contemplados pela Bolsa Permanência MEC recebem valores superiores ao valor da Bolsa Estudantil UFSC.

Tabela 19 - Evolução mensal do Auxílio Complementar de Permanência - Out a Dez/2013

Mês	N.º de beneficiados	Valor Unitário	Total
Out	41	R\$ 92,00	R\$ 3.772,00
Nov	41	R\$ 92,00	R\$ 3.772,00
Dez	41	R\$ 92,00	R\$ 3.772,00
Total			R\$ 11.316,00

Fonte: CoAes/PRAE (2013).

Ressalta-se que este auxílio destina-se exclusivamente aos estudantes devidamente homologados pelo PBP MEC, cobrindo apenas a diferença monetária entre os dois programas. Tal auxílio será pago mensalmente e terá vigência correspondente ao período no qual o estudante for beneficiário do Programa Bolsa Permanência MEC.

Registre-se também que os demais estudantes de Medicina que poderiam receber este benefício (14 estudantes) não apresentaram a documentação necessária junto ao setor administrativo da Coordenadoria de Assistência Estudantil (CoAEs), fato que impediu o pagamento conforme estipulado pela portaria da PRAE.

5.3.6 Programa Auxílio Moradia

Esse programa, que faz parte das ações relativas à política habitacional, disponibiliza recursos financeiros aos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que demandam serviço de moradia, porém não obtendo atendimento em função da baixa disponibilidade de vagas na estrutura predial existente.

Antes de apresentarmos alguns indicadores de desempenho, discutiremos algumas mudanças cruciais ocorridas no programa durante o exercício de 2013, conforme segue:

- **Valor do auxílio:** de março a julho a julho era de R\$ 200,00, passando para R\$ 250 entre os meses de agosto e dezembro;
- **Duração do auxílio:** até julho de 2013 eram pagos dez auxílios anuais. A partir do mês de agosto passou a ser um benefício anual, porém com editais de seleção semestrais;
- **Quantidade de auxílios:** até julho eram 840, passando para 1.000 auxílios a partir de agosto de 2013;
- **Separação de editais:** a partir de agosto de 2012 os editais para vaga na moradia e auxílio passaram a ser separados, dando a oportunidade de escolha ao estudante. Isto porque até julho de 2013 somente os estudantes que não eram contemplados com vaga na moradia tinham direito a receber o benefício.

A tabela 20 apresenta a evolução mensal do número de estudantes beneficiados e dos valores pagos mensalmente pelo Auxílio Moradia. Inicialmente, observa-se que, de um gasto mensal de R\$20.000,00 em 2008, passou-se para um gasto em dezembro de 2013 de R\$242.750,00, o que revela um crescimento expressivo do atendimento de uma demanda cada vez mais crescente, especialmente após o processo de reestruturação das IFES em todo o país.

Tabela 20 - Evolução mensal do Auxílio Moradia - Março a Dezembro/2013

Mês	N.º de Auxílios	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Mar	821	200,00	164.200,00
Abr	821	200,00	164.200,00
Mai	822	200,00	164.400,00
Jun	845	200,00	169.000,00
Jul	824	200,00	164.800,00
Ago	986	250,00*	243.100,00
Set	986	250,00	246.500,00
Out	977	250,00	244.250,00
Nov	974	250,00	243.500,00
Dez	971	250,00	242.750,00
Total	9027		2.046.700,00

Nota: * Neste mês 68 auxílios ainda foram pagos com valor antigo

Fonte: CoAEs/PRAE (2013).

Essa tabela também revela as duas modificações importantes que ocorreram no programa ao longo do ano de 2013. Por um lado, o número de auxílios passou de 840 para o teto de 1000 auxílios. Por outro, o valor mensal sofreu um reajuste de 25% no mês de agosto. Com isso, o montante total de recursos dispendidos pelo programa ao longo de 2013 ultrapassou a cifra de 2 milhões de reais.

A tabela 21 apresenta a evolução temporal do número de estudantes que foram atendidos por este tipo de benefício ao longo dos últimos seis anos, chamando atenção a grande expansão de atendimentos que ocorreu, principalmente nos dois últimos anos.

No caso do exercício de 2013, constata-se um aumento de 85% comparativamente ao número de estudantes atendidos no ano de 2011. Com isso, a maioria dos estudantes com cadastro socioeconômico atualizado e que demandou tal benefício foi atendida.

Tabela 21 - Evolução do número de estudantes beneficiados pelo Auxílio Moradia (2008-2013)

ANOS	NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS
2008	100
2009	261
2010	411
2011	525
2012	840
2013	971

Fonte: CoAEs/PRAE (2013).

5.3.7 Programa Auxílio Creche

O programa auxílio creche implementado pela PRAE oferece um auxílio financeiro mensal aos estudantes que apresentam dependentes e que não conseguem vagas nas creches públicas municipais e no Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC.

Este programa foi criado no segundo semestre de 2011 e vem atuando no sentido de dar respostas às demandas dos pais-estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Na verdade, esta iniciativa da UFSC visa atender ao disposto no PNAES, que prevê ações de atendimento à creche dos filhos dos estudantes. Neste sentido, tal auxílio está diretamente vinculado à ótica de assegurar a permanência dos estudantes de graduação em seus respectivos cursos, com o objetivo de melhorar o desempenho acadêmico.

O programa disponibiliza recursos financeiros para um período de dez meses, compreendendo o período entre março e dezembro de cada ano letivo. Há dois valores distintos: o parcial no valor mensal de **R\$ 412,00 reais** e o integral no valor mensal de **R\$ 683,00 reais**. Esta distinção é definida pelo período em que a criança permanece na creche. Em termos percentuais isso significou um aumento de 18% para o primeiro caso e de 17% no segundo, percentuais de reajustes bem acima dos reajustes de todos os demais programas.

A tabela 22 apresenta o número de estudantes beneficiados por mês e o montante total dos recursos utilizados pelo programa. Embora os montantes totais dos recursos não tenham participação expressiva nos gastos gerais da PRAE, deve-se registrar que os valores acima mencionados não dispõem de nenhuma norma administrativa, sendo pago o valor

exigido por cada creche. Registre-se que na maioria das IFES onde programa semelhante é implementado, adota-se um valor fixado e com teto mensal de pagamento.

Tabela 22 - Evolução mensal do Programa Auxílio Creche – Mar a Dez/2013

Mês	N.º de bolsas	Valor total
Mar	20	R\$ 13.042,00
Abr	18	R\$ 13.995,00
Mai	29	R\$ 16.398,00
Jun	30	R\$ 16.593,00
Jul	25	R\$ 12.712,00
Ago	33	R\$ 17.192,00
Set	37	R\$ 18.740,00
Out	28	R\$ 13.423,00
Nov	32	R\$ 16.905,00
Dez	34	R\$ 17.588,00
Total	--	R\$ 156.588,00

Fonte: CoAEs/PRAE (2013).

Deve-se registrar que ao longo do ano de 2013, em torno de 47 pais estudantes foram atendidos pelo programa, com um investimento de aproximadamente R\$ 3.500,00 *per capita*.

Ainda sobre este programa, é importante destacar alguns aspectos relevantes ocorridos durante o exercício de 2013. Em primeiro lugar, houve uma mudança de **postura institucional** implementada a partir do Gabinete da Pró-Reitoria, uma vez que na administração pública não cabe aos beneficiários das políticas públicas definirem as normas das mesmas e os parâmetros dos editais de seleção.

Assim, aquilo que era avaliado como altamente positivo por alguns membros da equipe técnica, na verdade era até um problema ético, uma vez que por detrás do discurso da “ampla participação democrática dos usuários nas tomadas de decisões referentes aos editais” se encobriam interesses de certos segmentos de estudantes. Entendemos que esta definição é atribuição exclusiva dos gestores da universidade, não podendo ser isso confundido com falta de democracia nas políticas de gestão da universidade.

Neste caso, não era de se estranhar algumas reações contestatórias que ocorreram exatamente por parte de grupos organizados, os quais deixaram de ter um espaço privilegiado, porém indevido, em termos dos princípios que regem a administração pública. Além disso, a partir do mês de maio uma nova assistente social passou a integrar a equipe de trabalho, colaborando com a operacionalização e controle do programa. Com isso, espera-se que tal programa também seja conduzido dentro dos parâmetros da administração pública e não de acordo com dogmas de certas categorias profissionais.

Finalmente, deve-se destacar a criação de uma comissão, por meio da Portaria 1817/GR/2013, de 19 de setembro de 2013, com o objetivo de discutir e apresentar ao Conselho Universitário uma proposição de política para o tema “creches na universidade”. Tal assunto deverá ser objeto de análise e decisão por parte do CUn ainda durante o primeiro semestre de 2014.

5.3.8 Programa de Isenção do RU

Com a maior inserção do PNAES nos orçamentos das IFES a partir de 2010 e com a expansão do acesso à universidade por parte de estudantes que integram classes sociais que historicamente não tinham condições de participar da vida acadêmica em universidades públicas, este tipo de programa ampliou sua dimensão em todas as IFES e, particularmente, na UFSC.

A tabela 23 apresenta a evolução mensal do número de estudantes isentos que fazem suas refeições diariamente no Restaurante Universitário. Inicialmente deve-se registrar a importância deste programa no âmbito da política de permanência estudantil, uma vez que atualmente mais de três mil estudantes da UFSC se beneficiam deste tipo de auxílio financeiro.

Por outro lado, deve-se mencionar, ainda, que a partir do segundo semestre de 2013 ocorreu um aumento expressivo de estudantes isentos, chegando à marca de 3.223 no último mês do ano. Parte deste comportamento está vinculado à política de acesso de estudantes oriundos de família de baixa renda, o que lhes permite acesso direto a este benefício.

Tabela 23 - Evolução mensal de estudantes isentos no RU em 2013

Mês	N.º de beneficiados
Mar	1366
Abr	2264
Mai	2479
Jun	2548
Jul	2589
Ago	2858
Set	3168
Out	3204
Nov	3220
Dez	3223

Fonte: CoAes/PRAE (2013).

Em termos específicos, verifica-se que 2.291 recebem isenção para almoço e janta, enquanto 596 estudantes recebem isenção somente do almoço e 336 estudantes recebem isenção apenas da janta.

5.3.9 Programa Isenção de Cursos de Línguas

A partir de um acordo institucional entre a PRAE e o DLLE/CCE, foram realizadas isenções de taxas de matrícula para os cursos extracurriculares de Línguas Estrangeiras. Considera-se esse um importante apoio institucional aos estudantes que comprovadamente se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e sua relevância é destacada pelo PNAES como uma ação cuja finalidade é minimizar os impactos relativos à desigualdade do acesso ao conhecimento.

Além disso, registre-se que a segunda língua vem sendo cada vez mais solicitada no âmbito acadêmico, tanto nos cursos de graduação como de pós-graduação. E mais recentemente, com os novos programas de intercâmbio internacional, a exemplo do Programa Ciências Sem Fronteiras e demais programas ofertados pela Secretaria de Relações Internacionais (SINTER/UFSC), o acesso aos conhecimentos de línguas estrangeiras tornou-se fundamental na formação acadêmica.

A tabela 24 apresenta os dados específicos do exercício de 2013 e as informações acumuladas desde 2009. Percebe-se que no último ano houve uma redução de 50 isenções em relação ao número de vagas disponibilizadas no ano de 2012. Mesmo assim, consideramos que mantendo o atendimento de 200 estudantes por ano, a PRAE estará contribuindo com a formação integral deste grupo específico de estudantes que se encontram em condições distintas dos demais.

Tabela 24 - Solicitações e Isenção de taxa de matrículas entre 2009 e 2013

	2009		2010		2011		2012		2013	
SEMESTRE	INSC.	SELEC.								
Primeiro	142	100	250	150	313	150	312	150	253	100
Segundo	235	152	322	150	275	150	384	100	286	100
TOTAL	377	252	572	300	588	300	696	250	539	200

Fonte: PRAE (2013).

5.3.10 Programa Auxílio Alimentação aos Estudantes de Medicina

Diante de uma reivindicação dos estudantes e da coordenadoria do curso de Medicina, a PRAE criou, por meio da Portaria 007/PRAE/2013, de 23 de maio de 2013, o **Programa Auxílio Alimentação** aos estudantes do curso de medicina que realizam estágio obrigatório do curso de graduação em Medicina fora do espaço geográfico do campus universitário da Trindade.

O programa destina-se exclusivamente aos estudantes que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica devidamente comprovada na PRAE; que estão regularmente matriculados no curso de Medicina; e que estejam realizando estágio obrigatório do curso em unidades básicas de saúde; nos hospitais públicos em Florianópolis; ou em outras unidades de saúde. Ficam automaticamente excluídos do programa aqueles estudantes que realizam o estágio obrigatório no Hospital Universitário (HU).

Tal auxílio se justifica pela impossibilidade desses estudantes realizarem as refeições no Restaurante Universitário do Campus da Trindade, uma vez que tanto a distância geográfica como o pequeno intervalo de tempo entre os turnos do estágio inviabilizam o deslocamento até o RU central.

Os recursos financeiros para implantação do programa são oriundos da cota da Matriz PNAES destina à UFSC, obedecendo a um valor básico do custo de alimentação calculado para estudantes que frequentam o restaurante universitário.

Para o exercício de 2013 fixou-se um valor máximo de R\$ 50,00 por semana, quantia que não poderá ultrapassar a R\$ 200,00 por mês. Caso os recursos disponibilizados pela matriz PNAES não sejam suficientes para atender todas as demandas, será priorizado o atendimento ao estudante que apresentar o maior índice de vulnerabilidade socioeconômica.

No primeiro ano de funcionamento do programa, foram beneficiados 11 estudantes no primeiro semestre e 23 estudantes no segundo semestre, totalizando 34 estudantes atendidos. Isso implicou um montante de gasto de aproximadamente R\$ 23 mil.

5.4 PROGRAMA VIAGENS DE ESTUDOS

O Programa de Viagens de Estudo, regulamentado pela Resolução 45/CEPE/1989, tem como objetivo viabilizar a contratação de ônibus terceirizados e alocação de ônibus da UFSC para realização de viagens de estudo, as quais são definidas como atividades relacionadas à formação acadêmica do corpo discente, que oportunizam o conhecimento prático em disciplinas integrantes do currículo de cada curso. Os professores seguem uma agenda anual de etapas de solicitação e confirmação de viagens por meio do endereço www.viagemdeestudo.ufsc.br

É importante registrar que todas as viagens de estudos devem obrigatoriamente estar previstas nos Planos de Ensino das disciplinas, possuindo prazos que devem ser observados, fato que nem sempre está sendo seguido por alguns professores, os quais acabam procurando a PRAE para viabilizar saídas de campos como se fossem viagens para congressos e afins.

A análise e o atendimento dos pedidos por parte do DeAE/PRAE leva em conta a observância dos objetivos da viagem, o montante dos custos correspondentes e a disponibilidade dos veículos destinados para esse fim.

No exercício de 2013, adotou-se um procedimento em comum acordo com as direções das unidades no sentido de que, antes dos pedidos serem homologadas pela PRAE, os mesmos foram validados pelas respectivas direções. Este procedimento possibilitou um acompanhamento mais próximo por parte das direções das unidades em relação à atividade, especialmente em termos de planejamento financeiro para pagamento das diárias aos

motoristas, no caso das viagens realizadas com veículos da própria UFSC, quando a responsabilidade sobre esse quesito recai sobre as unidades.

A tabela 25 apresenta a distribuição das viagens realizadas por mês, bem como o número de alunos atendidos e o montante de gastos. Inicialmente, nota-se que estas viagens têm um período de concentração entre os meses de abril a junho (primeiro semestre) e setembro a novembro (segundo semestre). É exatamente nestes períodos que se atende o maior número de estudantes.

Tabela 25 – Viagens de estudos realizadas em 2013 e estudantes envolvidos

MESES	Nº ALUNOS	Nº VIAGENS	VALORES
JANEIRO	30	1	R\$ 7.542,15
FEVEREIRO	335	12	R\$ 8.492,26
MARÇO	631	27	R\$ 19.952,39
ABRIL	2.786	112	R\$ 41.672,70
MAIO	4.157	152	R\$ 84.681,30
JUNHO	3.885	144	R\$ 91.815,09
JULHO	881	36	R\$ 36.638,03
AGOSTO	1.366	43	R\$ 36.022,09
SETEMBRO	3.184	104	R\$ 70.127,51
OUTUBRO	3.848	132	R\$ 69.289,13
NOVEMBRO	3.349	122	R\$ 61.727,27
DEZEMBRO	316	12	R\$ 14.173,65
TOTAL	24.768	897	R\$ 542.133,57

Fonte: DeAE/PRAE (2013).

Ao longo do ano de 2013 foram realizadas quase 900 viagens, as quais envolveram mais de 24 mil estudantes, o que revela a importância desse programa para o processo formativo integral dos estudantes da UFSC.

Em termos financeiros, foram investidos no referido programa mais de R\$ 542 mil, sendo que a fonte dos recursos advém das três principais fontes orçamentárias da PRAE: PNAES, matriz orçamentária da UFSC e recursos diretamente arrecadados.

A tabela 26 apresenta a distribuição dessas viagens pelos diversos campi da UFSC ao longo do ano de 2013. Obviamente, em função da grande maioria dos cursos e estudantes ainda estarem concentrados no campus de Florianópolis, observou-se a tendência de concentração do programa no referido campus. Com isso, este campus respondeu por aproximadamente 83% das viagens efetivamente realizadas.

E quando se analisa o número de estudantes envolvidos, nota-se que esta concentração é ainda maior, ou seja, do total de estudantes envolvidos pelo programa no ano de 2013, 88% deles eram do campus de Florianópolis. Já a distribuição dos recursos financeiros teve um resultado mais favorável aos campi do interior, uma vez que 78% deles foram para o campus de Florianópolis.

Tabela 26 – Distribuição das viagens e recursos por Campi

Centro	Nº Alunos	Nº Viagens	Valores
Ararangua	915	88	R\$ 50.227,86
Curitibanos	1.316	39	R\$ 37.244,03
Joinville	559	22	R\$ 20.736,59
Florianópolis	22.212	748	R\$ 425.732,79
Total	24.768	897	R\$ 542.823.71

Fonte: DeAE/PRAE (2013).

A tabela 27 apresenta a distribuição das viagens do campus de Florianópolis por unidades acadêmicas. É importante destacar que existe uma concentração de viagens em algumas unidades, como é o caso do CCA, CFH, CED e CTC. Devido à natureza dos cursos destas unidades, era de se esperar que a maior demanda partisse exatamente destas unidades. Juntas, elas foram responsáveis por mais de 70% das viagens realizadas e responderam por aproximadamente 80% dos estudantes envolvidos com a atividade.

Mas, ao mesmo tempo, chama-se atenção para o caso de unidades como CCJ (que sequer realizou viagens de estudos), CSE e CFM (que realizaram pouquíssimas viagens de estudos). Esse fator também poderia ser explicado pela própria natureza dos cursos das respectivas unidades acadêmicas. Porém, esse é um assunto em aberto e que deveria merecer uma avaliação por parte dos próprios cursos dessas unidades. Uma explicação adicional refere-se ao caso específico do CED, uma vez que estão subordinados a esta unidade o Colégio de Aplicação e o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI).

Por fim, registre-se que durante o exercício de 2013 a resolução referente a este programa passou a ser revista, uma vez que ela apresenta partes desatualizadas e que precisam ser adequadas à nova estrutura administrativa da UFSC. Espera-se que este processo de revisão seja concluído ainda no primeiro semestre de 2014.

Tabela 27 – Distribuição das viagens e recursos por unidade acadêmica no Campus de Florianópolis

CENTRO	Nº ALUNOS	Nº VIAGENS	VALOR
CCA	6194	197	R\$ 113.509,35
CCB	3200	127	R\$ 40.826,83
CCE	393	16	R\$ 14.377,65
CCJ	00	00	R\$ 0,00
CCS	333	09	R\$ 7.937,56
CDS	783	27	R\$ 10.368,60
CED	1650	58	R\$ 26.406,05
CFH	3423	121	R\$ 94.126,09
CFM	85	03	R\$ 2.027,56
CSE	253	06	R\$ 3.498,77
CTC	2643	87	R\$ 48.081,73
CA	3255	103	R\$ 72.765,20
TOTAL	22.212	754	R\$ 433.925,39

Fonte: DeAE/PRAE (2013).

5.5 PROGRAMA AUXÍLIO A EVENTOS

O programa Auxílio a Eventos, normatizado pela Portaria 004/PRAE/2012, de 04 de setembro de 2012, compreende quatro modalidades de apoio: participação individual, participação coletiva, apresentação de trabalho nacional e apresentação internacional.

Este programa tem como objetivo oferecer apoio aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para participação em eventos científicos de âmbito regional, nacional e internacional, contribuindo na sua formação por meio da divulgação de suas pesquisas, do

contato com pesquisadores, acadêmicos e profissionais do seu campo de conhecimento e da absorção de novos conhecimentos, fruto da pesquisa de outras instituições científicas/acadêmicas.

Especificamente em relação ao apoio à participação em eventos internacionais, é importante ressaltar que essa política faz parte do processo de internacionalização que a UFSC vem passando nos últimos anos, dando a ela um sentido mais amplo, uma vez que são exatamente os estudantes em condições sociais mais desfavoráveis aqueles que têm prioridade de atendimento.

Em 2013 foi criada, por meio da Portaria 010/PRAE/2013, uma comissão com o objetivo de revisar a Portaria 004/PRAE/2012 e propor novas regulamentações para os subprogramas, à luz da experiência acumulada durante um ano de vigência da portaria atual que regulamenta tal programa. A seguir serão descritas e analisadas as ações realizadas durante o exercício de 2013 em cada uma das modalidades do referido programa.

5.5.1 Participação Coletiva em Eventos Acadêmicos

Este subprograma tem como objetivo auxiliar os estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais de graduação da UFSC para participar de eventos acadêmicos e científicos, por meio da locação de ônibus.

Após aprovação em edital que segue as normas da Portaria 004 e a comprovação da solicitação por parte do coordenador de curso em formulário específico para este fim, a PRAE disponibiliza aos estudantes transporte até o local do evento. Para isso são utilizados os ônibus da UFSC, além de serviços contratados de terceiros.

Registre-se que, desde o mês de maio de 2012, este subprograma passou a financiar integralmente os valores necessários para a realização de viagens a eventos científicos, acadêmicos e de formação complementar, fato que exigiu por parte da PRAE um controle maior das ações desenvolvidas e dos recursos investidos.

Desta forma, viagens que não se enquadravam claramente dentro dos objetivos do subprograma ou que estavam sendo utilizadas para outras finalidades foram suspensas, sem que houvesse, porém, prejuízos aos acadêmicos que iriam apresentar seus trabalhos ou que já estavam inscritos nos eventos.

A tabela 28 apresenta o número de viagens realizadas em 2013 especificadas por campus, bem como o número de estudantes atendidos. De um modo geral, observa-se uma expansão desta modalidade a partir dos meses de maio e junho, fazendo com que, ao final do

exercício, mais de 13 mil estudantes fossem atendidos por este subprograma. O número de viagens, apesar de não ser tão expressivo, envolve uma participação grande de estudantes, compensando os elevados investimentos, uma vez que foram gastos mais de R\$ 1.3 milhões com a atividade no ano de 2013.

Tabela 28 – Participação coletiva: distribuição de viagens e recursos por Campus

CENTRO	Nº ALUNOS	Nº VIAGENS	VALORES
ARARANGUÁ	2112	53	R\$ 85.731,75
CURITIBANOS	260	8	R\$ 22.087,70
FLORIANÓPOLIS	10127	269	R\$ 1.180.642,55
JOINVILLE	533	16	R\$ 48.869,11
TOTAL	13032	346	R\$ 1.337.331,11

Fonte: DeAE/PRAE (2013).

Mesmo que o campus de Florianópolis, por razões óbvias, continue com o maior número de estudantes envolvidos, deve-se registrar a expressiva participação dos estudantes do campus de Araranguá, que realizou 53 viagens e envolveu mais de 2 mil estudantes. No sentido oposto encontra-se o campus de Curitiba que realizou apenas 8 viagens, envolvendo apenas 260 estudantes.

Tabela 29 – Participação coletiva: distribuição de viagens e recursos por Centros – Campus Trindade

CENTRO	Nº ALUNOS	Nº VIAGENS	VALORES
CCA	1458	40	257.527,74
CCB	760	25	35.837,47
CCE	859	27	125.122,03
CCJ	210	5	27.108,30
CFH	1156	49	19.3175,29
CCS	355	13	30.374,29
CDS	345	8	41.050,27
CED	225	7	35.780,97
CFM	1686	7	193.175,29
CSE	1067	29	98.961,16
CTC	2006	59	142.529,74
TOTAL	10127	269	R\$ 1.180.642,55

Fonte: DeAE/PRAE (2013).

A tabela 29 apresenta a distribuição dessa modalidade de participação especificamente por unidade acadêmica do campus de Florianópolis durante o exercício de 2013. De um modo geral, verifica-se que esta modalidade teve uma participação bastante importante em todas as unidades acadêmicas, envolvendo um grande número de estudantes. Todavia, é inegável que existe uma tendência de concentração da atividade, e consequentemente da aplicação dos recursos, no CCA, CFH e CTC, as quais respondem conjuntamente por mais de 60% das viagens viabilizadas.

5.5.2 Participação Individual em Eventos Acadêmicos

Esse subprograma compreende três modalidades de apoio vinculadas à concessão de passagens:

- a) Apresentação de trabalho em evento acadêmico nacional: as passagens (aérea ou rodoviária) são disponibilizadas pela PRAE juntamente com um auxílio financeiro, que varia em função do tipo de evento e da condição do cadastro socioeconômico de cada estudante beneficiado;
- b) Participação em evento acadêmico nacional: a PRAE apenas disponibiliza as passagens;
- c) Apresentação de trabalho em evento internacional: a PRAE apenas disponibiliza as passagens, sem qualquer outro tipo de auxílio financeiro.

Em termos operacionais, após a publicação do edital de resultados, os estudantes contemplados comparecem à PRAE com horário agendado para fazer os encaminhamentos dos auxílios disponibilizados. A tabela 30 apresenta a distribuição do número de estudantes contemplados por modalidade durante o ano de 2013.

Tabela 30 – Participação individual: distribuição por modalidade

ANO	Apresentação de Trabalho	Participação em Eventos	Apresentação Internacional	Nº TOTAL
2013	486	74	52	612
VALOR TOTAL				R\$ 656.663,26

Fonte: DeAE/PRAE (2013).

De um modo geral, nota-se que a modalidade “apresentação de trabalho” foi a mais demandada, o que pode ser considerado como um bom indicador, uma vez que os estudantes da UFSC se envolvem em discussões acadêmicas nacionais quando da apresentação de seus trabalhos, estudos e pesquisas.

Já as demais modalidades apresentam menor dimensão, muito embora deva ser registrada a importância do programa “apresentação internacional”, momento em que os estudantes da UFSC têm a oportunidade de adquirir novos conhecimentos e dialogar com pares no âmbito mundial.

Do ponto de vista temporal, embora tenha havido demanda ao longo de todo o ano 2013, foi registrada certa sazonalidade, uma vez que durante o segundo semestre o número de solicitações praticamente triplicou em comparação ao semestre anterior. Isso pode ser explicado devido à ocorrência de um grande número de eventos em âmbito nacional durante o segundo semestre, especialmente entre os meses de setembro e novembro, além de um maior conhecimento do programa por parte dos estudantes.

A tabela 31 apresenta a evolução do número de estudantes atendidos pelo subprograma entre 2008 e 2013.

Tabela 31 – Participação individual: evolução do número de estudantes atendidos – 2008 a 2013

ANO	NÚMERO DE ESTUDANTES ATENDIDOS
2008	467
2009	203
2010	277
2011	256
2012	583
2013	612

Fonte: DeAE/PRAE (2013).

De um modo geral, verifica-se que após a normatização do programa em 2012 o número de estudantes atendidos aumentou consideravelmente, especialmente no ano de 2013, quando mais de 600 estudantes tiveram a oportunidade de participar desses eventos acadêmicos.

Além do aspecto normativo, é importante destacar que essa é também uma opção política, uma vez que a atual gestão destina uma quantia considerável de recursos financeiros para viabilizar a execução deste subprograma e atender, na medida do possível, o maior número de estudantes.

5.5.3 Auxílio Financeiro para Apresentação de Trabalhos

Esse auxílio é concedido aos estudantes que apresentam trabalhos em eventos acadêmicos de âmbito nacional. Os auxílios financeiros variam de R\$ 150,00 (valor fixo exclusivamente para estudantes que não apresentam vulnerabilidade socioeconômica comprovada) e de R\$ 150,00 por dia de evento, até o valor máximo de R\$ 600,00, para alunos que comprovadamente apresentam situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio do cadastro socioeconômico administrado pela CoAEs.

Esse tipo de auxílio é para ser utilizado nas despesas com alimentação, hospedagem e inscrição no evento, sendo os recursos liberados após a comprovação dos respectivos gastos. Além deste auxílio específico para apresentação de trabalhos, existem auxílios financeiros para estudantes com cadastro aprovado para pagamento de despesas com alimentação e pernoite nas viagens de estudos; somente auxílio para participação em eventos sem passagem; outros auxílios financeiros para atividades acadêmicas, etc.

A tabela 32 apresenta o número de estudantes atendidos pelo subprograma auxílio financeiro durante o ano de 2013. Ao todo foram disponibilizados recursos para 657 estudantes num montante total de mais de R\$150 mil, dando um valor médio de mais de R\$ 230 por estudante.

Tabela 32 - Número de estudantes atendidos com auxílio financeiro em 2013

Ano	Número de Alunos Atendidos	Valor Médio por Estudante	Total do Auxílio Financeiro
2013	657	R\$ 233,31	R\$153.286,18

Fonte: DeAE/PRAE (2013).

De um modo geral, pode-se dizer que após a publicação da Portaria 004/PRAE/2012, ficaram mais claros os critérios, a forma de inscrição e os prazos das diversas modalidades do programa Auxílio a Eventos. Com isso, mensalmente é publicada no site da PRAE a listagem dos estudantes contemplados dentro dos critérios expressos na referida normativa. Isto permite que a Pró-Reitoria compre passagens com antecedência, implicando em uma economia significativa de recursos e uma ampliação do número de pessoas atendidas.

Em síntese, é possível afirmar com tranquilidade que a política adotada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis com estes subprogramas fortalece as diretrizes gerais do PNAES, possibilitando uma série de oportunidades aos estudantes que não teriam condições

de apresentar seus trabalhos em eventos nacionais e internacionais; participar de eventos em todo o território brasileiro; além de se envolverem com discussões específicas de seu curso e da própria universidade.

5.6 PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL

A dimensão da inclusão digital dos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina é realizada pela PRAE por meio da Coordenadoria de Inclusão Digital (CoID). Essa Coordenadoria, responsável também pelo gerenciamento do laboratório de informática (LabUFSC), tem por objetivo atender aos estudantes dos cursos presenciais de Graduação e Pós-Graduação da UFSC que estejam devidamente cadastrados nos sistemas de autenticação do RAS (Remote Access Service - Serviço de Acesso Remoto) - SeTIC, além dos estudantes estrangeiros que se matriculam em disciplinas isoladas e estudantes ouvintes.

No ano de 2013, a CoID disponibilizou 192 computadores para utilização por parte dos estudantes da UFSC. O laboratório funciona de forma ininterrupta entre as 08 e 22 horas diariamente. Para isso, conta com uma equipe técnica composta por um coordenador e mais quatro servidores, além da colaboração de 10 (dez) bolsistas, que atuam divididos em três turnos para atendimento. A limpeza é realizada por três servidores terceirizados.

Atualmente o laboratório contém em seu banco de dados 47.685 estudantes cadastrados e registra uma média de acesso diário de 1.500 estudantes nos dias úteis.

Em 2013 aprimorou-se a qualidade do atendimento do LabUFSC por meio da integração do sistema de autenticação do sistema de Identidade UFSC/SeTIC com o LabUFSC. Com isso, ao final do primeiro semestre de 2013 foi concluída, por parte da SETIC, a transferência da estrutura de rede, manutenção dos serviços de autenticação e internet.

Dentre as principais atividades realizadas pela CoID no ano de 2013, destacam-se:

- Configuração e instalação nos computadores do sistema de ligação e desligamento automático, sendo que nos finais de semana os equipamentos permanecem desligados;
- Suporte técnico para implantação de novos sistemas;
- Manutenção da rede elétrica do laboratório;
- Manutenção do sistema de ar condicionado;
- Instalação de aplicativos necessários em todos os drives;
- Instalação do sistema operacional Windows XP Professional SP3;

- Diagnósticos periódicos dos equipamentos Windows Xp que apresentaram defeito no disco rígido (HD);
- Abertura de chamado de garantia junto ao fabricante (Hewlett Packard-HP);
- Cedência do espaço físico do LabUFSC para realização do vestibular nos dias 14 a 16 de dezembro de 2013 para o curso de LIBRAS e segunda língua;
- Mapeamento de rede e configurações dos computadores para auxiliar o monitoramento realizado pela SeTIC, visando maior segurança e confiabilidade dos dados e informações trafegadas;
- Troca de ar condicionado na sala da manutenção;
- Aprimoramento das normas do LabUFSC;
- Troca de HD de 500GB por 1T no PC da câmera 01 do LabUFSC;
- Aquisição de 177 computadores novos e instalações dos mesmos;
- Formatação de todos os computadores de Windows XP para o Windows 7;
- Alterações e atualizações dos PCs nas bancadas por números do patrimônio;
- Inserção de todos os computadores no domínio “UFSC.br”;
- Troca das autenticações do RAS para o IdUFSC;
- Troca da placa mãe do PC das filmagens interna do laboratório;
- Instalações de dois PCs na CoAEs;
- Instalações de 14 computadores desktop na moradia estudantil;
- Aquisição e instalação de 500 soquetes para o laboratório;
- Configurações da senha da BIOS.

5.7 PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE

Este programa conta atualmente com duas psicólogas, vinculadas à Coordenadoria de Assistência Estudantil (CoAEs), estando seu foco concentrado na saúde psíquica do estudante de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Essa equipe atua no acolhimento ao estudante da UFSC em situação de risco psicossocial através de ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde, também em articulação com as demais estruturas universitárias. Além disso, são elaboradas estratégias de promoção de saúde e de prevenção de agravos psicossociais junto aos estudantes do campus Trindade.

Durante o exercício de 2013 houve diminuição das ações setor, uma vez que uma das profissionais esteve em licença maternidade no período entre 12/04 e 08/11/13, enquanto a outra profissional esteve de férias durante o mês de agosto, razão de não ter havido nenhum atendimento no referido mês. Essa mesma profissional, a partir do mês de setembro, passou a ter um regime de trabalho com afastamento parcial para pós-graduação, trabalhando apenas três dias por semana.

Em relação aos indicadores de 2013, o serviço de atendimento e orientação psicológica realizou 143 acolhimentos a estudantes de graduação da UFSC, enquanto que na modalidade por agendamento realizou-se um total de 221 acolhimentos. Foram somadas 50 faltas em agendamentos.

O Grupo de Meditação teve 17 encontros, durante o primeiro semestre de 2013, não havendo estes encontros no segundo semestre devido à licença das profissionais. A tabela 33 apresenta as informações relativas aos atendimentos de atenção à saúde durante o ano de 2013 distribuídas mensalmente.

Tabela 33 - Atendimentos de atenção à saúde realizados no ano de 2013

Mês	Plantão	Atend. Agendado	Faltas	Reuniões	Grupo de Meditação	Atend. ME- REUNI	Faltas ME- REUNI
FEV	-	15	01	01	-	-	-
MAR	14	20	02	02	-	-	-
ABR	27	27	07	03	05	-	-
MAI	13	14	12	12	12	07	03
JUN	17	19	06	07	--	07	05
JUL	08	20	04	05	-	03	-
AGO	Férias						
SET	19	24	02	04	-	-	-
OUT	15	17	03	03	-	-	-
NOV	24	44	10	05	-	-	-
DEZ	06	21	03	02	-	-	-
Total	143	221	50	44	17	17	08

Fonte: CoAEs/PRAE (2013).

Chama atenção que dentre todas as atividades realizadas destacam-se os acolhimentos por agendamento, o que significa a própria procura por parte dos estudantes que necessitam de apoio da universidade. Os atendimentos durante os plantões também foram bastante importantes.

As situações encontradas nos diversos atendimentos foram as mais variadas possíveis, indo desde crises naturais do momento evolutivo a situações de adoecimento grave. Foram realizados, quando necessários, encaminhamentos para outros profissionais e para a rede de saúde mental do município de Florianópolis.

Além disso, uma das profissionais fez parte da equipe multiprofissional de acompanhamento dos servidores da UFSC com deficiência e que se encontram em estágio probatório, trabalhando ativamente nesta equipe durante o primeiro semestre de 2013.

No primeiro semestre de 2013 foi feita uma parceria entre o serviço de atenção psicossocial da PRAE e três estudantes do curso de pós-graduação em Psicologia, todas bolsista REUNI. Tal parceria foi destinada especificamente ao atendimento de estudantes residentes na moradia estudantil. Foram realizados 17 atendimentos individuais com os respectivos encaminhamentos. Como essas bolsas não foram renovadas, não foi possível manter as atividades no segundo semestre de 2013.

Para melhorar os trabalhos oferecidos aos estudantes é importante a implementação de um amplo programa de saúde mental envolvendo uma equipe interdisciplinar. Além disso, o acesso aos serviços de atenção médica é importante para se fazer os encaminhamentos adequadamente.

5.8 PROGRAMA DE ESPORTE E LAZER

O esporte é uma atividade que tem promovido bastante a união entre os povos do mundo, além da sua prática ser apontada pelas organizações internacionais como um elemento promotor da saúde global das pessoas.

As universidades, para cumprirem com o seu papel de formação global dos acadêmicos, devem instituir nos seus currículos, além da formação técnica pertinente, componentes complementares também o esporte.

Desta forma, promovendo o esporte de âmbito interno, a UFSC está colaborando para o intercâmbio e a união entre os estudantes e as diversas possibilidades multidisciplinares no ensino superior, bem como possibilitando aos atletas e organizadores a oportunidade de cumprir a formação acadêmica concomitante à prática esportiva.

Além do “Esporte Interno”, a UFSC também mantém grupos de treinamento com o propósito de representação externa, nas competições promovidas no âmbito municipal,

regional e nacional, tanto pela Federação Catarinense de Desporto Universitário (FCDU) como pela Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU).

A partir do ano de 2005, a FCDU vem promovendo regularmente os Jogos Universitários Catarinenses (JUCs) e a UFSC, através dos projetos de extensão que promovem o treinamento em modalidades esportivas, vem atendendo a esta demanda na constituição das equipes. Desde então foram nove edições dos JUCs: Joaçaba 2005, Joinville 2006, Blumenau 2007, Jaraguá do Sul 2008, Chapecó em 2009, Blumenau 2010, Tubarão 2011, Joaçaba 2012, e Caçador em 2013. A UFSC tem participado com uma média expressiva de pessoas, se constituindo na maior delegação do evento praticamente durante todos os anos.

Além disso, percebe-se uma evolução no comportamento e engajamento dos estudantes da UFSC também nos eventos classificados como “Esporte Externo”, conforme veremos mais adiante.

A tabela 34 mostra os diversos eventos que estudantes da UFSC competiram durante o ano de 2013, bem como o montante de recursos utilizados no referido exercício. Ressalta-se que estas atividades foram todas apoiadas pela PRAE com recursos do PNAES. Os maiores gastos envolveram a participação da UFSC nos 57º Jogos Universitários Catarinenses e na 26ª Copa Unisinos.

Tabela 34 - Eventos e valores gastos no exercício de 2013

Evento		Valor
Campeonato Metropolitano de Voleibol - Voleibol Feminino	R\$	800,00
Liga do Desporto Universitário - Xadrez	R\$	635,96
Anuidade Federação Catarinense do Desporto Universitário	R\$	2.034,06
57º Jogos Universitários Catarinenses	R\$	2.150,00
57º Jogos Universitários Catarinenses - Xadrez	R\$	3.700,00
Rio Open Jiu-Jitsu Championship	R\$	343,50
57º Jogos Universitários Catarinenses - Natação	R\$	900,00
Jogos Universitários Brasileiros - Xadrez	R\$	1.031,05
Jogos Universitários Brasileiros - Xadrez	R\$	70,06
57º Jogos Universitários Catarinenses	R\$	446,50
26ª Copa Unisinos	R\$	7.600,00
26ª Copa Unisinos	R\$	8.620,02
26ª Copa Unisinos	R\$	10.902,50
TOTAL	R\$	39.233,65

Fonte: PRAE (2013).

No caso dos JUCs, os coordenadores das modalidades coletivas optaram por não participar dos jogos universitários, em virtude das diferenças técnicas existentes entre a UFSC e as instituições privadas de ensino superior, as quais investem no esporte de alto rendimento como estratégia de marketing de suas faculdades. Assim, no ano de 2013, a UFSC participou somente das competições de Atletismo, Xadrez e Natação Masculina, ficando em sexto lugar geral dentre as 14 Instituições de Ensino Superior (IES) participantes. Para atingir esta classificação contribuíram as diversas medalhas individuais no atletismo e natação, bem como o título de campeão xadrez feminino.

A UFSC também teve expressiva participação na 26ª Copa Unisinos, realizada na cidade de São Leopoldo (RS) entre os dias 24 e 27 de outubro de 2013, contando com IES do RS, SC, PR, SP, RJ e Uruguai. Neste evento participaram estudantes da UFSC nas seguintes modalidades: Atletismo (M/F), Voleibol (M/F), Handebol (M/F) e Futsal feminino. A UFSC ficou em quarto lugar na classificação geral, porém sagrou-se campeã da copa nas modalidades de voleibol masculino e futsal feminino.

De um modo geral, estas participações revelam a importância das atividades desportivas para os estudantes da UFSC, bem como as possibilidades concretas de ampliação das ações nesta área específica de ação da PRAE.

Em função disso, conforme vimos no item 2 deste relatório, foi criada a Divisão de Esporte e Lazer para organizar as atividades da universidade neste setor, bem como dar apoio institucional aos programas e projetos que serão desenvolvidas nesta área nos próximos exercícios.

5.9 OUTRAS AÇÕES GERAIS DA PRAE DESENVOLVIDAS EM 2013

5.9.1 Apoio à realização de Semanas Acadêmicas

O apoio à realização de Semanas Acadêmicas é outra importante ação da PRAE junto ao corpo discente da universidade, cuja finalidade é a promoção de debates e discussões de temas específicos de cada área que nem sempre são tratados adequadamente pela grade curricular de cada curso.

A partir de meados de 2013 esta ação também sofreu uma alteração institucional, uma vez que desde então os organizadores dos eventos são os responsáveis pela definição das prioridades. Para isso, precisam apresentar um projeto do evento elencando, em ordem

de prioridade, as principais demandas, tais como passagem, hospedagem, alimentação, material gráfico e material de apoio, etc. Dentro de um limite máximo de R\$ 7.000,00 a PRAE analisa a possibilidade de atendimento. Posteriormente, os organizadores devem fazer um relatório sobre o evento, prestando contas das passagens aéreas e demais despesas aprovadas pela PRAE.

Dentre algumas vantagens deste novo procedimento citam-se a maior participação e responsabilidade dos organizadores das semanas acadêmicas e o maior controle de todo processo, por parte da PRAE, sobretudo dos recursos financeiros utilizados.

A tabela 35 apresenta a lista de semanas acadêmicas apoiadas durante o ano de 2013. Mesmo que tenham sido apenas 20 semanas, é importante frisar que estes eventos envolvem um grande número de estudantes, não somente do curso promotor do evento, mas também de outros estudantes de áreas afins.

Tabela 35 - Apoio a Semanas Acadêmicas no exercício de 2013

Data	Pedido	Centro	Semana Acadêmica	Gastos
15/02	61	Org.	Semana Acadêmica Engenharia Elétrica e Eletrônica	R\$ 556,14
20/03	149	CCE	Semana Acadêmica Design	R\$ 188,47
18/04	262	CSE	Semana Acadêmica Serviço Social	R\$ 257,40
08/05	366	CCE	Semana Acadêmica de Jornalismo	R\$ 6.546,24
18/06	538	CCA	Semana Acadêmica de Zootecnia	R\$ 4.457,90
19/06	542	CSE	Semana Acadêmica de Relações Internacionais	R\$ 6.996,85
03/07	600	CED	Semana Acadêmica do Curso de Biblioteconomia	R\$ 98,12
08/07	620	CCB	Semana Acadêmica da Biologia	R\$ 1.168,00
26/07	686	CTC	Semana Acadêmica da Engenharia de Produção	R\$ 1.478,75
31/07	694	CTC	Semana Acadêmica Engenharia Química e Alimentos	R\$ 4.040,76
12/08	737	UFSC	Semana Acadêmica de Engenharia de Materiais	R\$ 4.602,62
14/08	747	CFM	Semana Acadêmica de Química	R\$ 1.340,00
20/08	778	CCA	Semana Acadêmica de Agronomia	R\$ 4.600,22
21/08	791	Org.	Semana Acadêmica de Pedagogia	R\$ 506,00
27/08	821	UFSC	Semana Acadêmica de Ciência e Tec. de Alimentos	R\$ 405,00
10/09	905	Org.	Semana Acadêmica de Arquitetura	R\$ 3.626,74
17/09	977	CCJ	Semana Acadêmica de Direito	R\$ 818,80
30/09	1204	CSE	Semana Acadêmica de Administração	R\$ 1.424,34
08/10	1304	CFH	Semana Acadêmica de Museologia	R\$ 1.484,04
14/10	1350	CFH	Semana Acadêmica de Ciências Sociais	R\$ 1.194,72
Total de semanas atendidas				20
Total de Recursos Utilizados				R\$45.791,11

Fonte: DeAE/PRAE (2013).

5.9.2 Apoio à realização de encontros regionais e/ou nacionais de estudantes

A tabela 36 apresenta os principais gastos da PRAE no ano de 2013 com encontros estudantis organizados na UFSC. A um custo relativamente baixo, exceto no caso do ENECO, organizaram-se eventos de grande impacto, tanto do ponto de vista acadêmico como do ponto de vista de organização do movimento estudantil.

Tabela 36 - Gastos financeiros com eventos estudantis realizadas na UFSC

Período		Valor
8 a 10 de abril	Congresso de Direito na UFSC	R\$ 1.956,00
22 a 26 de julho	Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia	R\$ 1.076,00
04 a 10 de agosto	Encontro nacional dos estudantes de Economia	R\$ 25.263,80
25 a 26 de agosto	Encontro Catarinense de Saúde Mental	R\$ 1.846,76
11 a 14 de setembro	Semana de Estudos Geológicos de SC	R\$ 3.160,00
14 de setembro	Evento II Velório da Ovelha (Zootecnia)	R\$ 1.045,94
6 a 9 de novembro	Congresso Brasileiro de Psicologia do Esporte	R\$ 3.180,00
11 a 13 de novembro	Encontro Internacional de Descolonização e Pluralismo Jurídico	R\$ 3.423,00
15 a 18 de outubro	Seminário Direito e Marxismo	R\$ 2.806,52
TOTAL		R\$ 43.758,02

Fonte: PRAE (2013).

5.9.3 Homologação de representações estudantis

A PRAE também é responsável pelo registro e homologação das representações discentes nos diversos órgãos colegiados da Universidade, desde Colegiados de Cursos, Colegiados de Departamento, Direções de Unidade, DCE, etc.

Durante o ano de 2013 foram recebidas e atendidas 104 solicitações, conforme tabela 37, que faz a distribuição por unidades de ensino, departamentos e conselhos de órgãos superiores.

Essa distribuição varia por unidade em função do número de cursos existentes em cada uma delas, bem como dos distintos períodos de validação das representações.

Tabela 37 - Representações discentes homologadas em 2013

Órgão requerente	Quantidade
CCA	11
CCB	7
CCE	10
CDS	4
CED	1
CFH	19
CFM	5
CSE	13
CTC	24
Conselhos Superiores	10
Total	104

Fonte: DeAE/PRAE (2013).

De um modo geral, nota-se que ainda há dificuldades de entendimento do funcionamento deste processo, ocasionando encaminhamento de documentação incompleta e não de acordo com as orientações existentes no site da Pró-Reitoria. Com isso, deverão ser tomadas algumas providências no próximo exercício visando aprimorar o processo que, no limite, deverá ser todo informatizado.

5.9.4 Participação em Comissões de Trabalho

Durante o exercício de 2013, as equipes da PRAE estiveram envolvidas em várias comissões de trabalho, destacando-se:

a) Comissão para Revisar o Programa Bolsa Permanência:

Essa comissão, designada pela Portaria 868/2013/GR, de 21 de maio de 2013, iniciou seus trabalhos no dia 12 de junho, com definição de um calendário de atividades, cujas atas estão disponíveis no site da PRAE.

A comissão finalizou seu trabalho na última semana de julho, enviando as proposições de revisão do programa Bolsa Permanência para a CUn no início de agosto de

2013. O assunto esteve na pauta do Conselho Universitário nos dias 20.08 e 27.08, quando finalmente foi aprovado o novo programa denominado de “Bolsa Estudantil UFSC”, por meio da resolução 032/CUn/2013, de 27 de agosto de 2013.

b) Comissão para Revisar a Resolução de Festas:

Essa comissão, designada pela Portaria 867/2013/GR, de 21 de maio de 2013, iniciou seus trabalhos no dia 07 de junho, com definição de um calendário de atividades, cujas atas estão disponíveis no site da PRAE.

Até meados do mês de agosto foram realizadas cinco reuniões, sendo que a partir de então os encaminhamentos chegaram a um impasse diante dos questionamentos formulados junto à Procuradoria Federal e a consequente resposta dos mesmos. Em função disso, a comissão definiu, por maioria, encaminhar a realização de um plebiscito, o qual também não foi viabilizado.

A partir do mês de setembro as atividades estiveram paralisadas por um bom período e o assunto festas ganhou outra dimensão, tendo em vista diversos acontecimentos que ocorreram no campus da Trindade durante o segundo semestre de 2013, inclusive com diversas festas sendo realizadas sem a devida autorização, num claro desacato a legislação maior da universidade.

Toda a documentação dos encaminhamentos da referida comissão estão disponíveis no site da PRAE e também no processo 23080.028831/2013-21. Entendemos que esta comissão deverá retomar suas atividades no próximo exercício.

c) Comissão de Acompanhamento das Políticas de Igualdade de Gênero:

Essa comissão, designada pela Portaria 003/PRAE/2013, de 05 de março de 2013, iniciou seus trabalhos ainda no mês de março e finalizou a adequação do nome social junto ao DAE e SETIC. Além disso, organizou uma primeira proposição para alteração da Resolução Normativa 018/CUn/2012, para posterior discussão e aprovação do CUN.

5.9.5 Fonaprace Regional

Durante o ano de 2013, a UFSC, por meio da PRAE, sediou os dois encontros da região Sul do FONAPRACE. O primeiro ocorreu entre os dias 25 e 26 de abril, nas dependências do Centro de Eventos, contando com uma excelente representatividade de gestores e equipes técnicas de todas as IFES da região Sul do país. Os temas centrais

debatidos durante o evento foram a matriz PNAES de 2014, as políticas de cotas e a política geral de permanência estudantil.

O segundo encontro ocorreu no dia 05 de novembro, data que antecedeu ao encontro nacional. Este encontro também foi bastante representativo, sendo que os temas centrais foram o programa Bolsa Permanência do MEC e o Plano nacional de Assistência Estudantil em elaboração pelo próprio fórum.

5.9.6 Fonaprace Nacional

Entre os dias 06 e 08 de novembro a UFSC, por meio da PRAE, sediou o 54º Encontro Nacional do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), evento que ocorre duas vezes ao ano.

Dentre os temas centrais do evento, destacaram-se a política geral de permanência que está sendo implementada pelo Ministério da Educação (MEC); o programa Bolsa Permanência do MEC; a matriz do PNAES e suas complexidades; as articulações regionais e a coordenação nacional do Fórum.

Estiveram presentes representantes de 57 instituições federais de ensino. Em termos da distribuição regional dessas instituições, observa-se que 9% delas eram oriundas do Centro-Oeste; 23% do Sul; 33% do Sudeste; 9% do Norte; e 25% da região Nordeste.

Em termos do público presente, fizeram inscrição 140 participantes. Destes, 9% eram oriundos do Centro-Oeste; 30% do Sul; 32% do Sudeste; 7% do Norte; e 22% da região Nordeste.

Ao final do evento foram eleitas as coordenações regionais do fórum, bem como a nova coordenação nacional para um mandato de um ano.

6. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O EXERCÍCIO DE 2013

Entendemos que a análise de gestão anual de uma Pró-Reitoria como a PRAE precisa ser feita à luz do contexto maior das políticas atuais do Governo Federal destinadas às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e dos novos desafios administrativos das universidades federais nesta nova fase do ensino superior público no país.

Neste caso, fica evidente que o binômio acesso-permanência está cada vez mais presente no cotidiano das IFES, estabelecendo-se novos desafios, não somente às instituições, mas fundamentalmente ao seu corpo técnico e administrativo, que precisa se tornar cada vez mais ágil e qualificado.

Com o processo de interiorização do ensino superior público federal durante a primeira década do século XXI, que estabeleceu aproximadamente 120 novos campi em praticamente todas as microrregiões do país, criaram-se também oportunidades concretas para pessoas e regiões que antes não eram contempladas pelo ensino superior público e gratuito e que eram mantidas à margem do desenvolvimento nacional.

Parte deste processo de expansão encontra guarida no arcabouço legal que foi sendo desenhado neste último período, merecendo destaque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, e a Lei 10.861, de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Em ambos os casos, acesso e permanência são tratados de forma especial visando garantir uma formação de boa qualidade para todos.

Esse movimento atingiu seu ápice no ano de 2007, quando o Governo Federal iniciou o processo de reestruturação do ensino público federal superior, por meio do REUNI. Os artigos iniciais do decreto do REUNI definem que seu objetivo central, além de ampliar o acesso ao ensino superior, era ampliar as políticas de assistência e de permanência nas universidades públicas federais.

É inegável que as políticas de acesso obtiveram um grande êxito quantitativo. Já o mesmo não pode ser afirmado em relação às políticas de permanência, uma vez que a segunda perna do binômio antes referido está em descompasso com a primeira. Em outros termos, as políticas de permanência não estão sendo capazes de atender adequadamente as demandas e os desafios dos tempos presentes.

Num país continental como o Brasil e com tantas disparidades regionais, nota-se que o descompasso entre acesso e permanência poderá atuar no sentido de reproduzir as desigualdades. Este fato obriga as instituições federais de ensino superior a buscar

constantemente o aprimoramento de suas ações, além de implementar políticas de permanência que sejam capazes de garantir a todos os estudantes uma formação adequada e de qualidade.

Nessa perspectiva, o FONAPRACE e a ANDIFES vêm trabalhando para que o plano nacional de assistência debatido e aprovado por esses dois fóruns seja cada vez mais aprimorado pelo governo, de tal forma que venha a se tornar políticas e programas efetivos e com a capacidade de articular as ações assistenciais voltadas à melhoria no desempenho acadêmico e na formação geral dos estudantes.

Para tanto, além do atendimento das necessidades básicas de alimentação, moradia e transportes, as IFES precisam desenvolver ações de caráter universal por meio de programas em diversas áreas correlatas à assistência estudantil, destacando-se as atividades de cultura, lazer, esportes, saúde e inclusão digital.

Aos poucos, nota-se que estas proposições do FONAPRACE e da ANDIFES estão encontrando eco junto a diversos setores do Governo Federal. Exemplo disso foi a transformação recente da Portaria 39 da Secretaria de Ensino Superior (SESU/MEC), que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Tal programa tornou-se uma política efetiva de Estado no ano de 2010, quando foi publicado o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010.

De acordo com esse Decreto, o PNAES deve ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação das instituições federais de ensino superior. Seu objetivo central é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes matriculados em cursos de graduação das IFES. Acredita-se que fomentando essa igualdade, será possível melhorar o desempenho acadêmico do conjunto dos estudantes, fato este que exerceria influências positivas sobre o conjunto de indicadores das IFES, especialmente dos quesitos evasão e tempo de retenção dos estudantes nas universidades.

É neste contexto geral que a PRAE tem atuado. Para tanto, durante o exercício de 2013 foi necessário dar continuidade ao processo de mudanças iniciado no ano anterior. Neste caso, destacam-se as alterações na estrutura organizacional da Pró-Reitoria e as mudanças nos procedimentos técnicos e administrativos relativos aos programas ofertados aos estudantes da UFSC.

Em termos de estrutura administrativa, além de a PRAE contar com o cargo de um Pró-Reitor Adjunto para compartilhar os trabalhos com o titular, foram feitas importantes

alterações funcionais, mesmo que se mantendo uma equipe bastante enxuta diante da enorme demanda de trabalhos vinculados aos programas de assistência estudantil.

Um primeiro aspecto deste processo de alterações diz respeito à definição mais precisa das atribuições de cada diretoria, coordenação, divisão e setores de atividades da Pró-Reitoria. Isto foi necessário para se evitar sobreposições de funções, bem como potencializar os trabalhos das equipes técnicas e administrativas.

Outro diz respeito às mudanças específicas em alguns setores centrais de atuação da Pró-Reitoria. Por um lado, o Restaurante Universitário (RU) sofreu uma alteração em sua estrutura administrativa visando um maior controle financeiro do mesmo. Para tanto, criou-se uma coordenação administrativa e uma divisão financeira para, em conjunto com a direção, fazer um acompanhamento mais adequada do desempenho financeiro do RU.

Outro aspecto se refere às mudanças na área específica da assistência estudantil, com a criação da Coordenação de Assistência Estudantil (CoAEs) em substituição a antiga Coordenação de Serviço Social (COSS). Registre-se que esta não foi uma simples mudança de nomenclatura, mas simboliza a adoção de uma nova concepção de assistência estudantil que deve ser permeada pelo trabalho multidisciplinar, ao mesmo tempo em que é imperativo que sejam rejeitados os resquícios corporativos e suas desconexões dos tempos atuais do ensino superior público, que é necessariamente mediado pelo binômio acesso-permanência.

No âmbito administrativo interno do gabinete da Pró-Reitoria foram criadas novas coordenadorias e aperfeiçoadas as já existentes, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e qualificar as ações implementadas. Merecem destaques a Coordenação de Gestão e Acompanhamento de Políticas e a Coordenação Administrativa da Pró-Reitoria, que ganhou novas funções a partir do ano de 2013.

Finalmente, deve-se registrar que durante o último exercício foi dada continuidade ao processo de mudanças sobre normatização e institucionalização de programas, bem como na definição clara dos procedimentos e dos critérios de atendimentos, visando tornar as ações da Pró-Reitoria impessoais e mais democráticas.

Assim, à luz dos princípios da administração pública, buscou-se otimizar o uso dos recursos públicos, bem como a adoção de um tratamento equânime junto aos estudantes, porém priorizando ações voltadas ao atendimento de demandas daqueles segmentos estudantis mais necessitados e que historicamente não tiveram a oportunidade de frequentar uma universidade pública e gratuita.

Em termos dos procedimentos institucionais diversas alterações foram realizadas. No setor de alimentação, buscou-se efetivar a decisão da atual administração de recuperar as

antigas instalações do restaurante universitário. Para tanto, já foram contratados estudos para viabilizar a construção de um novo prédio, tendo em vista o cenário de expansão da demanda e de esgotamento precoce da capacidade operacional do prédio inaugurado em 2011. Com isso, espera-se que aquele complexo em breve possa ser restabelecido e voltar a atuar de forma decisiva no atendimento da crescente demanda por alimentação.

Além disso, juntamente com a SETIC/PROPLAN, trabalhou-se na construção de uma proposta para viabilizar a aquisição de um novo sistema eletrônico de controle de venda de passes e de acesso ao restaurante universitário. Em grande medida, esta ação poderá agilizar o sistema de funcionamento geral do restaurante universitário, bem como ampliar os controles orçamentários e financeiros diante de problemas constatados recentemente neste setor.

No setor de moradia estudantil foi dada continuidade aos trabalhos iniciados no ano anterior, reafirmando-se a decisão política da atual administração de tratar adequadamente a questão da moradia estudantil. Para tanto, foram apoiadas constantemente as atividades desenvolvidas pelos dois servidores alocados em tempo integral naquele setor. Os resultados ao final do exercício foram bastante positivos, sendo que os relatórios específicos estão disponíveis na própria página da PRAE.

Paralelamente a isso, foi destinada atenção especial sobre a ocupação das vagas disponíveis no campus de Florianópolis, uma vez que se constatou a existência de vagas ociosas em determinados períodos. A partir de um controle mais rigoroso e exigência do cumprimento do regimento, por parte dos moradores, foi possível reduzir os impactos deste problema, fechando-se o exercício de 2013 com uma taxa de ocupação de 96%.

Deve-se registrar que historicamente a UFSC investiu pouco neste setor, o que acabou causando um gargalo estrutural. Este problema agora é potencializado com a instalação de mais quatro campi no interior do estado, os quais também não possuem nenhuma estrutura física na área de moradia estudantil.

Esta situação obriga a PRAE a trabalhar concomitantemente com programa auxiliar, que disponibiliza recursos financeiros para uma parcela de estudantes que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esta ação, todavia, deve ser considerada como transitória, uma vez que a administração atual pretende construir moradia estudantil em todos os campi da UFSC. Porém, como este processo é bastante lento, ressalta-se a importância da continuidade do programa auxílio moradia para uma parcela expressiva dos estudantes da UFSC.

Em termos específicos de procedimentos institucionais, o programa auxílio moradia sofreu uma importante alteração no ano de 2013. O edital, que tradicionalmente era unificado entre vagas (apenas para campus de Florianópolis) e auxílio financeiro (para todos os campi), passou a ser separado, com seleção específica para o auxílio moradia. Neste caso, mais de 1.600 estudantes se inscreveram para as 1.000 vagas disponibilizadas. Quando consultados, a maioria absoluta dos estudantes se manifestou afirmando preferir o auxílio em relação à vaga na moradia. Registre-se que apenas 20 estudantes inscritos nos editais se manifestaram requisitando exclusivamente uma vaga na moradia. Esta constatação tem um significado muito importante que deve ser considerado nos debates futuros sobre a construção de moradia estudantil em todos os campi.

Mas sem dúvida a grande atuação da PRAE no campo normativo-institucional no ano de 2013 foi a construção democrática de uma nova resolução para o programa de bolsa aos estudantes. Neste caso, a resolução 032/CUn/2013, de 27 de agosto de 2013, que instituiu o programa Bolsa Estudantil UFSC, representa um marco histórico, uma vez que esta nova modalidade de bolsa elimina a contrapartida laboral, ao mesmo tempo em que possibilita o acúmulo deste benefício de permanência com outras bolsas acadêmicas.

No setor de atendimento assistencial que envolve as equipes profissionais das áreas de Psicologia e de Serviço Social, alguns pontos merecem ser destacados. Além da alteração organizacional, conforme já mencionado anteriormente, ocorreu uma alteração significativa na equipe técnica que compõe o Serviço Socioassistencial, com o ingresso de seis assistentes sociais, sendo cinco delas alocadas no campus de Florianópolis e uma no campus de Joinville. Ao mesmo tempo, três assistentes sociais anteriormente alocadas na Coordenadoria de Assistência Estudantil foram alocadas em outros setores da universidade. Isto possibilitou uma renovação geral da equipe e influenciou a própria condução dos trabalhos.

Outra mudança importante nos procedimentos da coordenadoria foi o aprofundamento do sistema de informatização dos cadastros, editais, processo de inscrições, etc. o que potencializou o conjunto dos trabalhos. Com isso, todos os cadastros socioeconômicos em vigência atualmente já se encontram na versão eletrônica, o que facilita e agiliza o acesso aos benefícios por parte dos estudantes.

Ainda em 2013 deve ser registrada a mudança na sistemática de atendimento da coordenadoria, quando a partir do mês de agosto os estudantes passaram a agendar pessoalmente seus atendimentos com hora marcada. Este procedimento também será informatizado a partir do primeiro semestre de 2014. Com isso, acabaram-se as filas e as reclamações sobre o atendimento da CoAES diminuíram significativamente.

O debate ocorrido sobre as mudanças na coordenadoria acabou propiciando as condições para se rediscutir os procedimentos. Com isso, foi criada uma comissão composta por assistentes sociais, psicólogas e gestores da PRAE com o objetivo de produzir orientações metodológicas visando padronizar os procedimentos em todos os campi na esfera da assistência estudantil. Esta comissão teve suas atividades interrompidas devido ao grande volume de trabalho nos meses iniciais do segundo semestre. Mas alguns efeitos práticos já surgiram, como foi o caso da padronização em todos os campi da documentação solicitada aos estudantes.

Deve-se registrar, ainda, a contratação no início de 2013 de uma assistente social para o campus de Joinville. Com isso, a partir do presente exercício todos os campi do interior do estado passaram a contar com um profissional da área socioassistencial. Todavia, em função da expansão das atividades e da necessidade de se desenvolver um trabalho multidisciplinar, é imperiosa a contratação de um profissional da área de psicologia e outro da área de pedagogia.

No setor de atendimento às demandas gerais dos estudantes, merece ser destacado o importante avanço no processo de democratização do acesso aos distintos benefícios e auxílios, sobretudo no atendimento de pedidos de auxílio para participação e apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos (congressos, encontros, etc.). Este tipo de apoio acabou ampliando sua participação dentre as atividades executadas pela PRAE em 2013, revelando a existência de sintonia entre as ações desta Pró-Reitoria e as diretrizes apregoadas pelo PNAES.

Tudo isso só foi possível devido à grande expansão orçamentária da PRAE no exercício de 2013. Com ela, foi possível ampliar um conjunto de atividades no campo da permanência e assistência estudantil. Todavia, deve-se registrar que, em grande medida, esta expansão das atividades só ocorreu devido ao suporte financeiro dado pela matriz orçamentária da UFSC, uma vez que os recursos PNAES sequer foram suficientes para pagar a Bolsa Permanência e Estudantil e o Auxílio Moradia e Creche.

Com isso, ficaram evidenciados diversos desafios para os exercícios seguintes, tanto na esfera institucional como técnica e administrativa. Do ponto de vista institucional, a PRAE deverá continuar o processo de normatização de todas as ações no campo da assistência estudantil, visando democratizar o acesso aos benefícios oferecidos e otimizar a utilização dos recursos públicos. Além disso, deverá ser ampliado o processo de informatização de documentos e de procedimentos com o objetivo de se melhorar a

qualidade dos serviços prestados, bem como potencializar os próprios resultados dos programas implantados.

Do ponto de vista administrativo, torna-se necessário organizar uma equipe técnica que seja capaz de dar conta das atividades atuais e das novas demandas que deverão aportar à PRAE, diante da expansão constante de vagas e dos novos segmentos sociais que passaram a fazer parte da vida universitária brasileira.

Mas é inegável também a necessidade de revisão de procedimentos técnicos em vários setores de atuação da PRAE, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados, cabendo uma atenção especial aos setores socioassistencial e psicossocial, os quais são cruciais para que a política de permanência tenha efetividade.

7. PRINCIPAIS METAS PARA OS PRÓXIMOS PERÍODOS

Ao longo dos próximos exercícios, a PRAE terá de enfrentar importantes desafios nas diversas áreas que fazem parte da política de permanência e assistência estudantil. Dentre os principais desafios destacamos:

a) Restaurante Universitário:

No setor de alimentação, as metas para os próximos exercícios deverão se concentrar na dotação de uma rede de infraestrutura em todos os campi do interior do estado, uma vez que não há nenhum restaurante da universidade em funcionamento nesses campi.

Além disso, após a conclusão dos estudos e projetos, é importante dar início aos trâmites administrativos para a reconstrução do complexo de restaurantes no campus de Florianópolis, considerando-se a decisão da atual gestão de recuperar os equipamentos antigos que tinham sido desativados na última gestão da UFSC.

b) Moradia Estudantil

Nesse setor, a prioridade para o ano de 2014 deverá ser a conclusão e projetos e início de licitação das obras para construção de moradia estudantil em todos os campi do interior do estado, conforme decisão tomada em 2013.

Além disso, no campus de Florianópolis deverão ser finalizados os estudos para novas obras, conforme vem sendo discutido entre administração e representantes de moradores, bem como definir o destino do módulo III, que foi desativado no presente exercício.

c) Assistência Estudantil

Nesse setor, a prioridade é constituir uma equipe de trabalho multidisciplinar em todos os campos do interior do estado, com a contratação de profissionais da área de Psicologia e Pedagogia para, juntamente com as Assistentes Sociais existentes, estruturar as equipes da Coordenadoria de Assistência Estudantil em todos os campi da UFSC.

Além disso, deverá ser finalizado o trabalho da comissão que visa revisar os procedimentos metodológicos do Cadastro Socioeconômico adotados até o presente

momento, ao mesmo tempo em que deverá ser rediscutido o próprio cadastro, tendo em vista ser esse o principal instrumento de acesso dos estudantes aos programas e benefícios ofertados pela PRAE.

d) LabUFSC

Dotar todos os campi do interior do estado com uma infraestrutura básica de informática, à luz do laboratório existente no campus de Florianópolis, com a criação de LabUFSC em todas as unidades acadêmicas da UFSC.

e) Equipe técnica e administrativa

Fazer esforços para que as equipes da PRAE em todas as suas áreas de atuação sejam completadas, tanto em termos de profissionais das áreas técnicas como de profissionais na área administrativa da Pró-Reitoria.

Além disso, completar todas as funções previstas em cada coordenadoria e diretoria, conforme novo organograma aprovado no início de 2013.

